



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Camilla Fernanda Gonçalves de Paula

A lesbianidade na Folha de S. Paulo: uma análise crítica de discurso

**São Paulo
2014**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE PSICOLOGIA

Camilla Fernanda Gonçalves de Paula

A lesbianidade na Folha de S. Paulo: uma análise crítica de discurso

Trabalho de Conclusão de Curso para graduação
no curso de Psicologia, sob supervisão da Prof^ª.
Dra. Fúlvia Rosemberg.

**São Paulo
2014**

Autora(or): Camilla Fernanda Gonçalves de Paula

Título: A lesbianidade na Folha de S. Paulo: uma análise crítica de discurso

Ano: 2014

Orientadora(or): Prof.^a Dr.^a Fúlvia Rosemberg

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo contribuir para a mobilização política em torno do tema da lesbianidade no Brasil. Seu objeto de investigação é a análise de matérias veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo que contém os termos lésbica e/ou lésbicas, à luz das teorias de gênero e de análise crítica de discurso. A pesquisa se desenvolve em três capítulos. O primeiro, expõe as teorias de gênero e da análise crítica de discurso. O segundo aborda como tem se dado a representação da mulher lésbica na mídia. O terceiro capítulo focaliza a análise dos discursos de 39 matérias publicados pelo jornal Folha de S. Paulo entre 2009 e 2013, referentes a lésbicas e a lesbianidade, descrevendo procedimentos e resultados. Aponta-se para a ausência de inserção nos debates políticos do tema nos textos analisados, bem como a escassez de discursos de autoras do sexo feminino nas matérias.

Palavras-chave: lésbica, gênero, Folha de S. Paulo, análise crítica de discurso.

Sumário

Introdução.....	E
Erro! Indicador não definido.	
1. Perspectivas teóricas.....	Erro! Indicador não definido.
1.1. Análise crítica de discurso.....	11
1.2. Teorias de gênero.....	14
2. Discursos sobre a mulher lésbica na mídia brasileira.....	Erro! Indicador não definido.
2.1. A mulher na mídia.....	17
2.2. A mulher lésbica na mídia.....	23
2.3. A Folha de S. Paulo.....	26
3. Lesbianidade na Folha de S. Paulo: procedimentos e resultados.....	Erro! Indicador não definido.
3.1. Procedimentos para a localização e análise das matérias.....	32
3.2. Resultados da análise das matérias.....	35
3.3. Análise geral.....	36
3.4. Análise das matérias segundo o sexo das(os) jornalistas.....	42
Considerações Finais.....	45
Referências bibliográficas	
Anexos	

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo contribuir para a mobilização política contemporânea no Brasil em torno dos direitos de LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Seu foco de investigação é a análise de 39 matérias veiculadas, entre os anos de 2009 e 2013, no jornal Folha de S. Paulo online, que abordam o tema da lesbianidade diretamente, com a contribuição das teorias de gênero e de análise crítica de discurso proposta por Teun Van Dijk (2012). O trabalho se integra ao campo de estudos da Psicologia Social partindo de uma abordagem crítica que tem como finalidade a transformação social. Nosso intuito é apreender como a lesbianidade é tratada pelo jornal brasileiro de maior penetração no território nacional (2014).

A sociedade atual ainda compartilha valores, práticas sociais e subjetividades que colocam as mulheres, e mulheres lésbicas, no campo da invisibilidade e do estigma. Porém, mesmo nesse contexto, o tema da lesbianidade vem ganhando visibilidade no Brasil em diversas frentes: na ação política, na produção acadêmica, nas ações do Estado, na cultura e nas mídias. É um tema e uma questão social que gradualmente vem saindo da invisibilidade e sendo apresentado e debatido no espaço público.

Segundo Louro (1997), é necessário evidenciar/tornar consciente o que foi ocultado sobre a história das mulheres e, mais ainda, sobre a história das mulheres lésbicas, para que assim uma nova reflexão possa ser construída sobre o tema para que sustente mudanças ou modelos postos. De nosso ponto de vista, ao contrário, a invisibilidade sustenta que o mundo doméstico e a heteronormatividade constituíram como únicas possibilidades aceitáveis de vivência enquanto mulher. (LOURO, 1997)

O primeiro grupo de lésbicas no Brasil foi organizado em São Paulo, na década de 1960, denominado As Graciosas, que acolhiam as lésbicas discriminadas pela sociedade, expulsas de seus lares, quando assumiam sua lesbianidade. Não era um grupo com intuito político, não havia estatuto/regimento interno: o que comandava a ação era a solidariedade e o acolhimento às mulheres em situação de exclusão familiar e/ou social.

Segundo Marylucia Mesquita(2004), desde 1979 conhecemos, no Brasil, um movimento feminista lésbico que marcou presença dentro dos movimentos homossexuais com o grupo “Somos”¹, em São Paulo. Porém, o primeiro grupo político composto unicamente por lésbicas foi constituído somente em maio de 1980, denominado Grupo Lésbico-Feminista (LF).

O tema da homossexualidade durante muito tempo foi tratado de forma fortemente pejorativa e estigmatizada. Segundo Green e Polito (2004, apud MELO, 2009) “os homossexuais só eram representados nos cadernos policiais ou nas matérias sobre o carnaval” (GREEN; POLITO, 2004 apud MELO, 2009, p. 29). Porém, diversas publicações midiáticas começaram a surgir a partir dos anos 1980 em protesto aos discursos veiculados pelas mídias de massa. A primeira publicação nacional exclusivamente lésbica, intitulada ChanacomChana, foi lançada em janeiro de 1981. Inicialmente publicada com formato de boletim, pouco a pouco se transformou em jornal diário. Hoje em dia já não circula mais, assim como o jornal homossexual “Lampião da Esquina” criado em 1978 no Rio de Janeiro. (PALMA; LEVANDOWSKI, 2008).

As ações do feminismo lésbico, por vezes convergiram, outras vezes divergiram, tanto do feminismo "heterossexual" quanto do movimento gay. Por exemplo, a criação do grupo LF é interpretada por Marisa Fernandes (2002, apud MESQUITA, 2004) como “uma resposta ao machismo e ao patriarcado presentes no movimento gay” (FERNANDES, 2002 apud MESQUITA, 2004, s/p). Outro exemplo é a “Caminhada Lésbica”, que ocorre em São Paulo, separadamente da própria “Parada do Orgulho Gay”, com pouquíssima visibilidade comparada a do movimento gay. Como afirmaram ativistas lésbicas brasileiras na pesquisa de Almeida e Heilborn (2008, p. 225): “não somos mulheres gays”.

Considera-se que desde os anos 1990, iniciou-se um “adensamento da teia de sustentação de grupos exclusivamente formados por lésbicas, o fortalecimento da participação lésbica nos grupos mistos, o surgimento de novos grupos (especialmente ONGs) e de novas lideranças” (ALMEIDA; HEILBORN, 2008, p.227) contribuindo para a afirmação de uma identidade propriamente lésbica dentro do

¹ Para maiores informações acerca da formação do Grupo SOMOS, ver: Edward Macrae, O Militante Homossexual no Brasil da “Abertura”, São Paulo, Universidade de São Paulo/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, 1985.

âmbito político e social. O Estado passou, também, a incluir as lésbicas em suas ações voltadas para os direitos sexuais e reprodutivos, antes voltados somente para mulheres heterossexuais.

Também, a academia vem focalizando o tema, em diversas áreas de conhecimento, inclusive na psicologia, estabelecendo, porém, uma hierarquia entre homossexualidade masculina e feminina, conforme revisão de literatura elaborada por Pires, Santos e Franco (2011) sobre o tema da saúde. Com efeito, esse trabalho, identifica que o tema da homossexualidade aparece em publicações nas revistas de saúde somente no final da década de 1990. Exceto por duas publicações realizadas em 1997, todas as outras publicações só podem ser encontradas depois do ano 2000. O tema saúde e homossexualidade no geral foi publicado pela primeira vez em “Psicologia: Reflexão e Crítica” e “Physis: Revista de saúde coletiva” em 1997, seguido pelo tema da homossexualidade masculina e, apenas nove anos depois, em 2006, pode-se encontrar a primeira publicação sobre a lesbianidade no campo da saúde coletiva, que se manteve como um tema marginal em todo o início do debate das homossexualidades, introduzido pela epidemia de HIV/AIDS. (PIRES; SANTOS; FRANCO, 2011). Tal discriminação midiática parece ter impacto e ser impactada pela prática concreta:

a literatura internacional aponta que a menor procura das lésbicas pelos serviços de saúde está associada à existência de discriminação nos serviços de saúde, ao despreparo dos profissionais para lidar com as “especificidades” desse grupo populacional e às dificuldades das mulheres em revelar a homo ou bissexualidade aos profissionais de saúde. (BARBOSA, 2009 apud PIRES; SANTOS; FRANCO, 2011, p. 11)

No âmbito acadêmico-militante dispõe-se de um modelo teórico, teorias *queer*, que vem sendo adotado, desde o final dos anos 1980, principalmente introduzidas por Guacira Lopes Louro (2004) em “O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria *queer*”, para a autora,

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homofóbicos, ao longo do tempo (...). Esse termo, como toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente de homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier (LOURO, 2004, apud COLLING, 2007, p. 4)

As práticas culturais e de comunicação de massa têm, também, acolhido temas relacionados às lésbicas. Por exemplo, Leandro Colling (2007) menciona a criação de personagens lésbicas nas telenovelas, que trazem à tona o debate sobre o tema. Esta visibilidade tem merecido críticas por caracterizarem os homossexuais, através de um discurso ambíguo e confuso, que deixa a suspeita da orientação sexual, e constantemente remetem a tramas ao ciclo de amor romântico, casamento (instituição da heteronormatividade) e famílias tradicionais. Também se tem apontado a produção de uma recente literatura lésbica, através de editoras que se inserem no segmento denominado “L2L”², tendo como pioneira no Brasil a Editora Malagueta. Esse segmento foi criado visando à valoração de discursos lésbicos destinados às lésbicas. Vejamos parte do depoimento de Oliveira Holanda (2011):

Nosso conselho editorial adotou essa linha porque acreditamos – seguindo o exemplo de filósofos como Platão, aliás – que nada existe se não for imaginado antes. Ora, se não imaginarmos (através da ficção, por exemplo) que é possível ser feliz amando outra mulher, como poderemos tornar isso realidade? Se não falarmos entre nós, em livros escritos de lésbicas para lésbicas, que podemos ser completas, emocionalmente equilibradas, sexualmente livres vivendo ao lado de outra mulher, quem é que vai fazê-lo? Nossa adorável sociedade machista e heterossexista? Literatura que descreve em detalhes (muito bem escritos, aliás) a infelicidade de mulheres não héteros e fora da norma nós já temos aos montes, esse espaço não precisa ser conquistado. Mas finais felizes para romances entre mulheres é uma insistência de

² Na língua inglesa é entendido por “de lésbica para lésbica”

muito pouca gente, por isso a Editora Malagueta adotou essa linha. (PERGUNTAS..., 2011 apud HOLANDA, 2011, p. 10-11)

Em complemento, pode-se encontrar uma variedade de sites focalizados, destinados e direcionados a usuárias lésbicas, a saber:

- “Clube Safo da Rinchoa” (disponível em <http://clubesafodarinchoa.blogs.sapo.pt/>);
- “LezFemme” (disponível em <http://www.lezfemme.com.br/>);
- “Conquista lésbica” (disponível em <http://conquistalesbica.blogspot.com.br/>);
- “Sapatômica” (disponível em <http://sapatomica.com/>);
- “Lebiscoito” (disponível em <http://lebiscoito.wordpress.com/>);
- “Gorda e Sapatão” (disponível em <http://gordaesapatao.com.br/>);
- “ABCLES” (disponível em <http://abcles.com.br>).

Entre outros, além destes, agências de turismo focam no público LGBTT, como, por exemplo, são a ABRATGLS (Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes) e Ellas & viagens (Agência de viagens exclusivamente para lésbicas).

Apesar dessas mudanças quanto à visibilidade da lesbianidade no social, não se pode esquecer da persistência de comportamentos homofóbicos, por exemplo, o recente debate sobre a “cura gay”, que teve como protagonista a psicóloga Marisa Lobo, que teve seu CRP cassado por oferecer o “serviço de cura” em seu consultório, assim como o projeto proposto por Marco Feliciano, atual presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados, que reivindicava a volta da “cura gay” à lista de procedimentos terapêuticos .

Segundo Darde (2008), que realiza uma análise sobre o discurso da mídia em uma reportagem sobre um casal de lésbicas,

a leitura que fazemos hoje do discurso jornalístico, por exemplo, na reportagem do programa Globo Repórter, mantém viva a relação entre o heterossexual tolerante e o homossexual tolerado. A compreensão mais ampla da identidade sexual e da sexualidade, e sua construção histórica, é que pode contribuir

para perturbar a tranquilidade da normalidade reproduzida na sociedade. (DARDE, 2008, 232, grifo nosso).

Este trecho mostra que, nem sempre quando se produzem e veiculam discursos sobre a homossexualidade. Tais discursos possibilitam um debate acerca dos estigmas, “como se esperaria de um papel democrático dos meios de comunicação”. (DARDE, 2008).

Neste TCC tenho o objetivo de analisar como um jornal que se declara favorável aos direitos homossexuais visibiliza a lesbianidade, ou seja, se esta mídia diária contribui ou não para o reconhecimento das identidades lésbicas e o direito à diversidade sexual entre mulheres. Haveria uma especificidade nos discursos produzidos e veiculados pela Folha de S. Paulo em matérias associadas às lésbicas?

O interesse em analisar matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo se deve a pendências antagônicas captadas no jornal e empresa Folha de S. Paulo. De um lado, a presença de um ombudsman³ que faz a intermediação entre jornal e leitor(a). A atual ombudsman (ombudswomen) da Folha de S. Paulo é Vera Guimarães Martins, a 11ª profissional a ocupar o cargo de ombudsman. Essa figura pode democratizar as relações entre jornal e público. Por outro lado, a Folha de S. Paulo recentemente (19/02/2014) publicou a matéria, “O que a Folha pensa”, na qual explicita seus “principais pontos de vista” abordando 20 temas desde “segurança pública” passando pela “Copa”, incluindo “União Homossexual” sobre o qual afirma: “Cidadãos não podem sofrer discriminação de nenhuma natureza em decorrência de suas escolhas privadas relativas à orientação sexual”. Portanto, uma posição de combate ao estigma, preconceito.

Porém, não podemos que a literatura mostra o interesse da mídia no público LGBTT de uma perspectiva de consumo. Andrade (2008) oferece uma série de

³ Ombudsman é uma palavra sueca que significa representante do cidadão. Designa, nos países escandinavos, o ouvidor-geral -função pública criada para canalizar problemas e reclamações da população. Na imprensa, o termo é utilizado para designar o representante dos leitores dentro de um jornal. A função de ombudsman de imprensa foi criada nos Estados Unidos nos anos 60. Chegou ao Brasil num domingo, dia 24 de setembro de 89, quando a **Folha**, numa decisão inédita na história do jornalismo latino-americano, passou a publicar semanalmente a coluna de seu ombudsman. (FOLHA, s/d)

exemplos, como: a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) criada como uma estratégia de marketing; o festival Mix Brasil da Diversidade Sexual, que teve início em 1993, que possibilitou a criação de sites direcionados ao público LGBTTT, em 1994 através do Mix Brasil, assim como o Mercado Mundo Mix, direcionado apenas ao público LGBTTT; A Parada do Orgulho Gay; a fundação ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis) em 1995 ou o Fórum Paulista de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros, em 1999, são alguns exemplos de ferramentas criadas para a inserção LGBTTT no mercado (ANDRADE, 2008). Ou seja, a tendência favorável ao reconhecimento de direito pode ser flexionada por interesses mercadológicos. Segundo Adriana Nunam (2003 apud ANDRADE, 2008) as empresas brasileiras que apostaram e investiram no “mercado homossexual” têm obtido lucros elevados. Isso tem levado empresas de grande influência a fabricarem e incentivarem a compra de produtos direcionados aos homossexuais, como Brastemp, Bombril, etc. colocando casais em propagandas televisivas e visibilizando o tema da homossexualidade, mas com intuito mercadológico (ANDRADE, 2008).

Assim, parece-nos interessante analisar discursos que refletem e/ou sobre as lésbicas em matérias publicadas no jornal Folha de S. Paulo à luz dessas tendências – reconhecimento de direitos e interesse mercadológico.

Além disso, esse TCC traz para primeiro plano que se lésbicas não são “mulheres gays” as mídias diárias podem reservar-lhes, também, o tratamento equivalente as que reservam às mulheres no geral: uma relativa invisibilidade (BIROLI, 2008).

Com efeito, Flávia Biroli (2009) aponta a reduzida presença feminina na imprensa periódica em temas associados à política:

além do problema mais amplo de sub-representação política das mulheres, inclusive em relação à cota de 30% entre as candidaturas apresentadas pelos partidos, temos a indicação de que existe um problema específico de sub-representação das mulheres no noticiário político.(...) Entre as personagens mais citadas no noticiário político das revistas *Veja*, *Época* e *Carta Capital*, em 2006 e 2007(...), não há nenhuma mulher. (BIROLI, 2009, p.281- 282)

Na análise que efetuou das revistas semanais *Veja*, *Época* e *Carta Capital*, Flávia Biroli (2008) evidencia e problematiza alguns aspectos que fortalecem a relevância e foco deste TCC: a sub-representação de mulheres nessa imprensa associada a temas políticos e a representação de dimensões da vida doméstica ainda fortemente associadas à figura da mulher. Ou seja, mesmo quando focaliza a mulher em outra dimensão que não aquela reservada ao espaço “feminino”, no caso a política, a mídia utiliza de um discurso que tende a reduzi-la a espaços “domesticados”, no âmbito do privado.

A importância de analisar uma mídia diária, não especializada, decorre, também, do fato de que pode atingir uma grande variedade de públicos, participando da construção de representações da lesbianidade que podem desestabilizar ou sustentar sua invisibilidade em diversos grupos que têm pouco ou nenhum acesso a vivência com mulheres lésbicas. Ou seja, as mídias desempenham esse papel, de levar para diversos grupos mensagens sobre realidades que podem ser próximas, mas também distantes. Que imagem da lesbianidade, de lésbicas pode-se apreender a partir da leitura do jornal Folha de S. Paulo?

Consideramos que a invisibilidade do tema nas mídias pode ser interpretada como um modo de operação da ideologia (negação do direito à existência simbólica). Ou como quer Van Dijk (2012), o direito de acesso ao discurso como produtor ou reproduzidor de reações de poder.

Daí a importância social deste TCC ao analisar o tratamento jornalístico dado à lesbianidade por esse jornal diário, a Folha de S. Paulo, que segundo a matéria publicada em 30 de março de 2014, é o jornal mais acessado na internet:

Em fevereiro, segundo o IVC (Instituto Verificador de Circulação), a circulação média da Folha foi de 341.553 edições, das quais 117.721 eram digitais. O total representa 7,7% dos 4,4 milhões de jornais pagos diariamente no país, em média, em fevereiro. Segundo colocado, "O Globo" registrou 311 mil exemplares, dos quais 93,7 mil eram digitais. Já o "O Estado de S. Paulo" teve em média 233,8 mil edições lidas, com 58,8 mil delas digitais. A circulação da Folha é 9,8% maior que a de "O Globo" e 46% maior que a de "O Estado de S.

Paulo".(FOLHA, 2014, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/158930-maior-jornal-do-brasil-folha-e-lider-em-diferentes-plataformas.shtml>, acesso em 30/05/2014)

Além da teoria de ACD, este TCC se sustentou na teoria de gênero de Joan Scott que, em síntese, considera gênero como o significado atribuído as diferenças percebidas entre os sexos. Como nosso interesse era captar o tratamento discursivo, dado a figuras de lésbicas e a lesbianidade nas matérias publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo, entre 2009 e 2013, inspiramo-nos na produção acadêmica que trata da ideologia de gênero na mídia "para todos" e que mostra o quanto, ainda, o homem é o "representante" da espécie humana, reconhecido como quem detêm o poder do discurso. Daí nossa opção por fazermos uso da teoria de gênero.

Para este TCC foram, então, analisadas 39 matérias publicadas entre 2009 e 2013 no jornal Folha de S. Paulo *online* que continham discursos relacionados à lésbicas. Além de visar formação acadêmica em pesquisa, visa problematizar concepções contemporâneas sobre a lesbianidade. Para tanto, utilizamos estratégias de análise de conteúdo e as teorias de gênero e de análise de discurso. Este TCC estruturou-se em três capítulos, além desta introdução, considerações finais e anexos. No primeiro capítulo sintetizamos os enfoques teóricos que sustentam a pesquisa: as teorias de gênero e de análise crítica de discurso (ACD). O segundo capítulo, sintetiza alguns estudos referentes à mulher lésbica na história e na mídia brasileira, destinando um subtópico à análise do jornal e da empresa Folha de S. Paulo. O terceiro capítulo, conforme seu título, "Lesbianidade na Folha de S. Paulo *online*: procedimentos e resultados", dedica-se a atividade empírica de avaliar 39 matérias referentes à lesbianidade publicados no jornal Folha de S. Paulo *online* entre 2009 e 2013.

1. Perspectivas teóricas

O enfoque teórico que baliza esta pesquisa procedeu de abordagens críticas que compartilham uma postura crítica frente a sociedade e sustentam desestabilizar relações de poder e dominação. Assim, com base em algumas autoras (SCOTT, 1995; CARVALHO, 2011; BUTLER, 2003) consideramos que as sociedades ocidentais contemporâneas produzem e sustentam, entre outras, relações de dominação do masculino (que pode estar personificado em homens) sobre o feminino (que pode estar personificada em mulheres). Também apoiadas em alguns(as) autores(as) (SCOTT, 1995; VAN DIJK, 2012), consideramos que tais relações de dominação também (mas não só) podem ser produzidas e/ou sustentadas por formas simbólicas e por discursos. Também podem atuar no sentido de sua desestabilização. Daí o recurso à análise crítica de discurso (ACD) (VAN DIJK, 2012)

Para sustentar esta pesquisa, que analisa o discurso presente nas matérias produzidas e veiculadas pelo jornal Folha de S. Paulo, entre 2009 e 2013, sobre o tema da lesbianidade/ lésbicas, baseamo-nos nessas duas perspectivas teóricas críticas. Pois entendemos que essas perspectivas teóricas compartilham uma postura crítica frente à sociedade e sustentam pesquisas que visam alterar relação de dominação, particularmente, nesta pesquisa, relações de dominação de gênero.

Este capítulo se organizará em torno desses dois eixos: análise crítica de discurso e estudos sobre gênero.

1.1 Análise crítica de discurso

Segundo Van Dijk (2012), as pesquisas que utilizam esse modo de análise têm como primeiro objetivo a contribuição para o empoderamento de grupos que são socialmente dominados, visando uma mudança social.

Entendemos que o discurso contemporâneo sobre o tema da lesbianidade/lésbicas contribui, muitas vezes, para a sustentação das desigualdades de gênero e que a produção de discursos sobre o tema pode colaborar para superação, tanto como para a produção e sustentação dessas desigualdades. Portanto, optamos pela adoção da análise crítica do discurso (ACD), proposta por Teun A. Van Dijk(2012), que tem como intuito,

(...) a investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. (VAN DIJK, 2012, p. 113).

Neste trabalho serão adotadas duas noções propostas por Van Dijk(2012): o poder como controle e o acesso ao discurso.

Segundo Van Dijk(2008), na análise de discursos é importante que se atente a “quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis de ouvinte.” (VAN DIJK, 2012, p. 89). Ou seja, a quem é permitido o acesso à produção, articulação e recepção de discursos, assim como, o alcance e o controle sobre os indivíduos. (VAN DIJK, 2012). Além de controlar os conteúdos a serem expostos, os produtores do discurso podem ter domínio sobre onde esse discurso irá circular e quais os indivíduos que acessarão esses discursos, assim como, a quantidade de pessoas que terá acesso ao discurso.

A contribuição capital do primeiro ensaio de Van Dijk é a conclusão que controlar o discurso é algo crucial para as elites e organizações poderosas e que estas o fazem, principalmente, controlando o acesso ao discurso, de modo que o/a analista deve examinar as maneiras como o acesso ao discurso está sendo regulado por aqueles que estão no poder o (GIRAUD, 2010, p. 110)

Daí a importância de produções e veiculações públicas de diferentes perspectivas sobre normas sociais, no caso deste trabalho, os discursos atuais sobre a lesbianidade/lésbicas.

Van Dijk (2012) afirma também que,

Embora o alcance do acesso em termos do tamanho da audiência de um discurso seja critério de poder, o controle é muito mais efetivo se as mentes da audiência puderem ser também “acessadas” com sucesso. Quando os falantes são capazes de influenciar os modelos mentais, o conhecimento, as atitudes e, em última instância, até mesmo as ideologias dos receptores, esses falantes podem indiretamente controlar as ações futuras desses receptores. (VAN DIJK, 2012, p. 93).

Outro ponto importante da teoria de ACD (análise crítica de discurso) é a discussão sobre o poder centralizado, mais especificadamente o “poder social”. (VAN DIJK, 2012). O que define as relações entre discurso e poder são os tipos de acesso que aos discursos. Isto é, quem discursam podem limitar ou disponibilizar determinados conhecimentos para o público, caracterizando assim, o acesso como um tipo de poder. Van Dijk, também, afirma como sendo também um controle com uso de poder, o “controle da mente” (VAN DIJK, 2012, p. 20).

(...)Van Dijk associa manipulação com abuso de poder e atenta para a necessária consciência que esse tipo de controle perpassa inicialmente o controle da mente das pessoas (por meio de crenças, conhecimentos, opiniões e ideologias) para, conseqüentemente, atingir o controle de suas ações. (GIRAUD, 2011, p. 113)

Observar como o controle da mente está sendo usado é fundamental para a analisar a mídia contemporânea de “massa”, pois é importante identificar a forma como essas informações chegam aos indivíduos e qual a sua capacidade de resistir às manipulações midiáticas, ou seja, a capacidade de reflexão a partir do discurso recebido, que se pautam muitas vezes, em ideologias dominantes, modificada ou reafirmada.

envolve muito mais do que apenas a compreensão da escrita ou da fala; envolve também o conhecimento pessoal e social, as experiências prévias, as opiniões pessoais e as atitudes sociais, as ideologias e as normas ou valores, entre outros fatores que desempenham um papel na mudança de mentalidade das pessoas.(VAN DIJK, 2012, p. 20).

O autor afirma ainda que, o controle da mente tem importante influência na questão de poder social, pois, o controle das opiniões pessoais da população, controlam também a reprodução dessas opiniões e, conseqüentemente, chegam à dominação e hegemonia. Van Dijk (2012), ainda, afirma que as pessoas que recebem discursos de indivíduos e/ou instituições que consideram “confiáveis”, geralmente tendem a acatar determinadas crenças e conhecimentos. O que geralmente ocorre, como por exemplo, “na educação e em muitos lugares de trabalho” (VAN DIJK, 2012, p. 122).

Além disso, há a importância em divulgar esse tipo de análise para a sociedade em geral, pois, a partir delas, as pessoas podem se tornar mais conscientes acerca das intenções das “elites dominantes” que discursam, podendo criar dispositivos e conhecimentos para questionar a manipulação a que somos submetidas/os diariamente através dos discursos veiculados. (VAN DIJK, 2012)

Segundo a ACD, um dos pontos mais importantes nesse tipo de análise é sua relevância para a modificação de práticas sociais nos grupos dominados. Porém, o grupo dominante interpõe resistências para que não ocorram tais mudanças. Van Dijk(2012) pontua que,

essa investigação requer a cooperação de analistas de discurso com linguistas, psicólogos e cientistas sociais – cada um examinando alguns dos componentes do complexo processo da reprodução discursiva da desigualdade social. (VAN DIJK, 2012, p. 35).

Portanto, a relevância prática dessa pesquisa, que analisa uma mídia diária(o jornal Folha de S. Paulo), é a de fornecer subsídios para a reflexão crítica sobre os discursos produzidos e veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, entre 2009 e 2013,

nas matérias que possuam o termo lésbica e/ou lésbicas. Ainda, consideramos outra perspectiva teórica para auxiliar na análise das matérias, os estudos sobre gênero.

1.2 Estudos sobre gênero

O outro apoio teórico provém dos estudos sobre gênero. O termo gênero vem sendo usado, nas últimas décadas, com diversas conotações, podendo ser empregado como sinônimo de sexo, como conceito descritivo ou como conceito analítico, político, de uma perspectiva crítica. É este último o sentido que será aqui adotado.

O uso do conceito gênero está intrinsicamente ligado à história dos movimentos sociais de mulheres, lésbicas, gays e transexuais. Para Pedro (2005), o termo/conceito gênero “tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito” (PEDRO, 2005, p. 78). Porém Michelle Perrot(1995) coloca que

Creio que a história sobre gênero é uma área de pesquisa histórica perfeitamente legítima e extremamente útil. Porém, é preciso não confundi-la com uma história das mulheres e não tentar suprir, através dela, a carência de uma história social das mulheres. Reconheço como primeira tarefa da história das mulheres não a 'desconstrução' do discurso masculino erigido sobre as mulheres, mas o esforço para sobrepujar a 'escassez de fatos' relativos às suas vidas (PERROT, 1995,p.25)

Porém, aqui utilizaremos da história do movimento de mulheres feministas para exemplificar a ampliação e consolidação do termo gênero, e de seu caráter teórico.

O movimento feminista, como movimento social que introduziu o uso e a discussão sobre gênero, viveu configurações específicas, que geralmente são descritas a partir de três “ondas”. Segundo Pedro (2005), o movimento feminista identificado como “a primeira onda”, teve início no fim do século XIX, centralizado nas lutas por direitos políticos, com exemplo do direito de voto e de cargos políticos

para mulheres; também por direitos sociais e econômicos “como o de trabalho remunerado, estudo, propriedade, herança” (PEDRO, 2005, p. 79).

Para as autoras Perrot e Fraisse (1994), algumas características dessa época favoreceram o surgimento dessa primeira onda. Como a revolução industrial, que atuou para “a formação progressiva de um espaço político democrático” (FRAISSE e PERROT, 1994, p.10), rompendo com a dependência econômica patriarcal (entre pai-filha e marido-esposa). Também, a democracia, pois tem como ideal afirmar a igualdade dos direitos. “Assim, nasceu em todo o ocidente, o feminismo, cujo objetivo é a igualdade dos sexos e cuja prática é de um movimento coletivo, social e político.” (FRAISSE e PERROT, 1994, p.12).

Já em outro momento do movimento feminista, identificado por “segunda onda”, teve seu início após a Segunda Guerra Mundial e, foi utilizado como bandeira principal o “direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado” (PEDRO, 2005, p. 79).

Esse segundo momento do movimento feminista se traduz, em síntese, em uma revolução do trabalho doméstico e do regime da maternidade, permitindo às mulheres de setores médios uma participação maior na vida social.

A Segunda Guerra Mundial foi de forte relevância para a saída das mulheres do espaço doméstico, pois, com os homens nos campos de guerra, foi incentivado que as mulheres desempenhassem muitas das funções até então atribuídas aos homens. O que permitiu às mulheres um espaço no mercado de trabalho e no âmbito político e cultural, ampliando os direitos das mulheres que antes relegados da esfera privada. (THÉBAUD, 1991).

a ideia de igualdade entre marido e mulher e fez desaparecer a noção de chefe de família; o direito civil, que perdeu em normatividade, autoriza uma pluralidade de modelos familiares e de papéis femininos. Por outro lado, a liberalização da contracepção e do aborto permite às mulheres a reapropriação de seu corpo e da sua sexualidade, dá-lhes o domínio da fecundidade e proíbe aos Estados as formas mais constrangedoras de manipulação da família (Thebaud, 1991, p. 18, grifo nosso)

Permitindo, assim, novos modelos familiares e ampliando as funções que as mulheres deveriam desempenhar. Com a criação de métodos modernos de contracepção permitiu, também, às mulheres, o domínio da fecundidade e do próprio

corpo, abrindo espaço para a discussão da subordinação na vida privada e uma apropriação de sua sexualidade. Por estes motivos é que na segunda onda do movimento feminista que se deu a criação da categoria gênero, fruto dos movimentos feministas (PEDRO, 2005).

O pensamento feminista dos anos de 1970 e 1980 utilizava, portanto, o gênero apenas como um conceito que se somava ao sexo e não como um substituto. Neste tipo de uso, gênero é associado aos traços de caráter e ao comportamento, enquanto sexo descreve o corpo e a biologia, ambos referidos a indivíduos (CARVALHO, 2011, p 102).

O movimento feminista busca entender o gênero como um conceito ligado à história e à cultura, sendo assim, determinado por essas. Diferenciando-se da conotação anterior de que, as principais diferenças entre homens e mulheres eram de ordem natural.

Carvalho (2011) afirma que essa conotação naturalista das diferenças entre os gêneros e os sexos é muito difícil de ser quebrada na nossa sociedade, pois está sempre sendo reafirmada em diferentes âmbitos sociais, como por exemplo, na família, na escola, no trabalho, nos meios de comunicação, entre outros.

Um dos problemas com os quais os/as estudiosos/as se depararam nesta reflexão foi a persistente permanência das relações de dominação entre os sexos, que parece conferir-lhes um caráter imutável, portanto a-histórico, e no limite natural. O pressuposto de que os homens sempre dominaram as mulheres e a busca por uma explicação única e fundante dessa relação de poder têm sido eixos em diversas abordagens difundidas ainda hoje, que variam de uma postura assentada em explicações biológicas a visões que, assumindo a construção social de gênero, enfatizam de tal maneira as constâncias e permanências que se aproximam do essencialismo. (CARVALHO, 2011, p. 103)

Joan Scott (1995 apud CARVALHO, 2011) discursa sobre papel das diferenças percebidas entre os sexos e sua influência na construção simbólica, com ênfase na significação dentro das relações de poder (CARVALHO, 2011).

Porém, a nosso ver, a dimensão simbólica constitui um dos meios de produção e sustentação de relações sistematicamente assimétricas, sendo necessário considerarem-se as condições estruturais, também.

Para Scott (1995, apud Carvalho, 2011),

O gênero não é um conceito que descreva as relações entre homens e mulheres, mas uma categoria teórica referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, significados estes que são utilizados na compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais particularmente, as relações entre homens e mulheres. (SCOTT, 1995 apud CARVALHO, 2011, p. 104).

Judith Butler (2003, apud ALMEIDA; ANDRADE; MIRANDA, 2010), acrescenta que o “o termo gênero passou a ser considerado como categoria múltipla e relacional que abarca códigos linguísticos institucionalizados e representações políticas e culturais”. (BUTLER, 2003, apud ALMEIDA; ANDRADE; MIRANDA, 2010, p.3)

Assim, com base na concepção de gênero da autora Joan Scott, Judith Butler e outras, consideramos que o gênero faz parte de um sistema simbólico (mas não somente) que possibilita que as diferentes sociedades classifiquem, hierarquizem e diferenciem mulheres e homens, feminino e masculino.

Isso leva, segundo Carvalho (2011),

o/a pesquisador/a a observar as referências e o poder explicativo do gênero em contextos em que as questões da sexualidade, reprodução, crianças e família não são aparentemente centrais (Scott, 1995) – como a arte, a política, a economia, o trabalho ou a escola, por exemplo. (CARVALHO, 2011, p. 106).

Daí nosso interesse em analisar discursos produzidos e veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, entre 2009 e 2013, nas 39 matérias que contém os termos lésbica e/ou lésbicas. Para tanto, é necessário, realizar uma síntese sobre a história da lesbianidade e da mídia que está sendo analisada neste TCC.

2. Contextualização da história da lesbianidade e da empresa Folha de S. Paulo.

Neste capítulo serão abordados dois tópicos referentes à contextualização da imagem da mulher lésbica durante diversos períodos da história e sobre o jornal que está sendo analisado. No primeiro, uma síntese da história da lesbianidade. E, por fim, a história da empresa Folha de S. Paulo.

2.1. A lesbianidade

Mulheres lésbicas sofrem duplo repúdio: segundo Pamplona e Dinis (2013) mulheres lésbicas sofrem duplo repúdio: “daqueles/as que rejeitam qualquer forma de homossexualidade e daquelas/es que se inserem numa categoria que compreendem a mulher como subordinada ao homem.” (PAMPLONA; DINIS, 2013, p.131). Ou seja, sofrem o impacto da lesbofobia e do patriarcado, sistemas que afirmam e produzem regras de comportamentos sociais que tendem a menosprezar identidades lésbicas.

Retomar, historicamente, a construção do termo lésbica e a forma como ele é significado em diferentes épocas e culturas, pode nos ajudar a entender o atual estigma direcionado a este grupo. Para tanto, adotamos como guia os artigos: “Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres” (TOLEDO; FILHO, 2011) E “Vivências pessoais e familiares de homossexuais femininas” (PALMA; LEVANDOWSKI, 2008)

As primeiras referências encontradas sobre o termo “mulheres lésbicas”, expressão de origem grega, conotavam “iniciativa sexual” e “falta de vergonha”, em sentido pejorativo de submissão. Naquele momento da antiguidade, sabe-se que as mulheres eram tidas como “não cidadãs”: assim como as crianças e os escravos. A mulher tinha como principal função a de procriar e servir aos prazeres dos homens adultos, que eram os únicos considerados cidadãos e assim com direito ao poder.

Essa dinâmica de poder era abalada na Ilha de Lesbos, com as discípulas de Safo, e em Esparta, mas não por essas mulheres terem mais poder, mas sim por terem acesso a uma educação diferenciada através de relações afetivas com outras mulheres. Porém, não se deve comparar as relações homossexuais que ocorriam entre homens e entre mulheres. (TOLEDO; FILHO, 2011)

A pederastia era o amor entre um adulto e um jovem, relação que se dotava de um significado social e simbólico fundamental e que se dava, sempre, no contexto de uma relação com disparidade de poder entre seus atuantes. O amor entre mulheres, ao contrário, por não ter nenhum significado social, podia permitir-se ser igualitário. (REINOSO, 2005 apud TOLEDO; FILHO, 2011, p. 53-54)

Quando se retoma a análise dos mitos gregos, percebe-se que dentre as histórias de amor entre deuses e mortais, pode-se encontrar múltiplas combinações, exceto a relação entre de uma deusa e uma mulher mortal. O único mito que se poderia referenciar como dispendo de componentes homoeróticos entre mulheres é o das Amazonas, o que também não está claro nos textos (REINOSO, 2005 apud TOLEDO; FILHO, 2011)⁴.

Exceto em Lesbos e Esparta, relações homoeróticas entre mulheres, na Grécia antiga, eram apenas permitidas em banquetes entre prostitutas e casas de banho.

Já na idade média, quando o cristianismo ganhava poder, o sexo e o prazer conotavam o pecado. Sendo direcionados à procriação em decorrência, inclusive, da necessidade de povoar os territórios ampliando exércitos e força de trabalho. Nesta época, relações sexuais que não levassem à reprodução acarretando o desperdício de sêmen, eram tidas como pecaminosas (masturbação, sexo anal, sexo oral e sexo homossexual entre homens). A masturbação feminina e o desejo sexual das mulheres não eram considerados, a relação homossexual entre mulheres não era visibilizada, não havia conotação de pecado neste ato, sendo visto apenas como

⁴ O mito das Amazonas dá a idéia de se referir as lésbicas, pois as mulheres que sentiam desejo por outras, eram tidas como mulheres selvagens, perigosas e fora de controle.

uma “inversão da ordem natural”, sem o sentido de relação sexual, pois não havia derramamento da “semente procriativa” (sêmen). (TOLEDO;FILHO, 2011)

A homossexualidade foi criticada por muitos cristão por ser considerada uma prática voltada unicamente ao prazer e inseparavelmente ligada a uma atividade condenável que era a prostituição masculina; esta, além de tudo, estava ligada aos cultos pagãos, dos quais o cristianismo precisava diferenciar-se nos seus primórdios. (TORRÃO-FILHO, 2000 apud TOLEDO; FILHO, 2011, p. 47)

A prática homossexual entre mulheres só foi penalizada (com a morte) por uma lei de 287 d.C., muito depois da penalização das relações homossexuais entre homens, e persistiu em países europeus do ocidente até o século XVIII.

(...) se a sodomia entre mulheres não as retirassem de suas atividades sociais e reprodutivas, não era vista com preocupação: “a postura dos primeiros cristãos e, depois, na Idade Média, a respeito do lesbianismo, é confusa e está baseada na ignorância absoluta acerca do que sentem ou desejam as mulheres, assim como de sua sexualidade e sua anatomia”. (REINOSO, 2005 apud TOLEDO; FILHO, 2011, p. 47)

Com o renascimento, quando o humano e suas vivências foram mais valorizados do que a vida religiosa, abre-se um espaço para a criação de uma cultura homossexual masculina, ainda que marginalizada. As mulheres, nesse período, foram fortemente relegadas à esfera privada, à família e à vida doméstica, o que, segundo as autora e o autor, impediu a criação dessa cultura homossexual que havia entre os homens. (TOLEDO; FILHO, 2011)

Nesse período, os espaços nos quais as mulheres vinham sobrevivendo, em que haviam podido relacionar-se livres da interferência masculina, se fecham sobre elas. Os conventos se fecham na clausura, às regras estritas e alienantes e na obediência absoluta à hierarquia masculina. (REINOSO, 2005 apud TOLEDO; FILHO, 2011, p. 49)

Os poucos textos localizados sobre relações homossexuais entre mulheres, nesse período, eram sempre e estritamente direcionadas ao prazer dos homens. “Durante o século XVI os homens gozaram, disse Faderman, de uma confiança falocêntrica absoluta, da qual lhes resultava impossível imaginar que existissem mulheres que não necessitassem deles sexualmente” (REINOSO, 2005, apud TOLEDO, 2008).

Porém, o tribunal da inquisição deu “visibilidade” às relações entre mulheres e criminalizou esse ato em 1613, retirado logo em 1964 da lista de atos criminalizados pela inquisição, pois, os inquisidores não acreditavam haver sodomia entre mulheres, pois, para tanto, seria necessário que houvesse penetração anal e a presença de ejaculação. (TOLEDO, 2008)

Embora as mulheres tenham sido muito menos reprimidas do ponto de vista legal e policial, isso não pode ser confundido com aceitação e tolerância. Provavelmente trata-se mais de desconhecimento da sexualidade feminina, além de um certo desprezo dos homens, cuja sexualidade é tão marcada pela penetração [e por uma subjetividade tão marcada pela misoginia]. (Torrão-Filho, 2000 apud TOLEDO, 2008, p. 280).

Por uma falta de conhecimento dos desejos e de partes do corpo das mulheres, muitas destas mulheres lésbicas que mantinham relações homoafetivas foram salvas da fogueira inquisitória. Em alguns escritos se dizia que, mesmo em sendo condenáveis esses atos, as punições eram realizadas sem a exibição pública para que o resto da população não fosse influenciada a realizá-los. (TOLEDO, 2008) Porém, a bruxaria foi alvo importante da inquisição:

havia a magia diabólica da sexualidade feminina. Em inúmeros países do Norte durante a Renascença, a bruxaria foi associada às “mulheres masculinas”. A atenção dedicada à bruxaria foi alimentada pela superstição e intolerância que reinou no fim da Idade Média. Essa crença se espalhou na Europa entre o século XV e o XVII. Bruxaria e homossexualidade estavam ligadas à heresia e foram severamente perseguidas. As mulheres, mais freqüentemente as solteiras ou as viúvas impotentes, foram os alvos dessas acusações. (Smalls, 2003, Apud TOLEDO; FILHO, 2011, p. 50)

Somente com o início da modernidade, a partir da Revolução Francesa em 1789, é que as relações homossexuais não foram mais consideradas criminosas, apesar de até hoje, serem ainda sinônimo de depravação, desordem e uma ameaça à moral e aos bons costumes, consideradas como pecado em algumas religiões e grupos. Nesse período, observa-se maior afastamento das relações homoafetivas, nas classes burguesas, que, para se diferenciarem das classes inferiores, entre as quais o ato homossexual foi considerado livre, colocavam-se a favor do casamento e das relações heterossexuais, valorizando expressões amorosas e excluindo desse repertório a sexualidade, inclusive a homossexualidade. Porém, gradativamente, essa classe social foi se afastando do ideal de amor romântico conforme Katz (1996 apud TOLEDO; FILHO, 2011)

A visibilidade de atos homossexuais em camadas poderosas da população, passou a chamar atenção da ciência, que passou a estudá-los e nomeá-los, tendo se iniciado a patologização das práticas homossexuais. (TOLEDO; FILHO, 2011)

No início do século XIX, a homossexualidade, pela primeira vez foi tida como uma doença fisiológica(MIRANDA, 2001 apud LEVANDOWSKI, 2008). Estudiosos passaram a desenvolver teorias que acompanhavam as dinâmicas de heteronormatividade. Por exemplo, considerava-se que mulheres lésbicas teriam desejos masculinos, pois somente os desejos masculinos poderiam ser direcionados às pessoas do sexo biológico feminino. Assim, cria-se o termo “homossexualismo”, que denotava um instinto sexual contrário ao normal, considerado uma anomalia sexual. Essas teorias, embora agressivas ao grupo de pessoas homossexuais, foram de forte influência para a descriminalização da homossexualidade, pois muitas das teorias acreditavam que esses atos eram congênitos e/ou inatos e incontroláveis, assim como incuráveis. (TOLEDO, 2008)

A partir do século XX, a psicologia se posicionou diante da temática da homossexualidade que vinha tomando contornos, considerando a prática homossexual como um desvio no desenvolvimento da sexualidade. Segundo Freud (1905/1976 apud LEVANDOWSKI, 2008) que foi a favor deste conotação dada à homossexualidade na época, mais tarde, em “Conferências introdutórias sobre a psicanálise. Conferências I, XVI a XXVIII” afirma a homossexualidade como: “uma variedade especial da espécie humana, um terceiro sexo que tem o direito de se situar em pé de igualdade com os outros dois” (FREUD, 1997/2007 apud LEVANDOWSKI, 2008, p.2)

A segunda metade do século XX assistiu diversas manifestações homossexuais pelo mundo. Entorno da epidemia de HIV, que fora considerada no início de seu reconhecimento como uma “doença de homens gays”, O mundo passa a abrir espaço de debate e uma visibilidade política aos grupos gays. (TOLEDO, 2008). Porém, as lésbicas, até hoje em dia, não alcançaram este patamar que a homossexualidade masculina ocupa, tanto que, em São Paulo e no Brasil ocorre a Caminhada Lésbica, separada da própria Parada do Orgulho Gay.

Em 1973 a Associação Psiquiátrica Americana considerou que a homossexualidade não era uma doença; dois anos mais tarde, a Associação Americana de Psicologia (APA) chegou à mesma conclusão e, em 1987, o DSM-III já não contemplava a homossexualidade como uma parafilia. (MATIAS, 2007 apud LEVANDOWSKI, 2008)

No Brasil, a homossexualidade foi tida com um transtorno pelo Conselho Federal de Medicina até a década de 80, quando esta se tornou sem efeito no código 302.0 da classificação Internacional de Doenças (CID). Para a psicologia, somente em 1999, através da resolução 01/99, que o tratamento de homossexualidades como um transtorno do comportamento/doença começa a ser repudiado. A OMS (Organização Mundial de Saúde), neste mesmo período retira a conotação de doença da prática homossexual.

O movimento Feminista, especialmente na época de setenta e oitenta, foi considerado um fator importante para o aumento da visibilidade lésbica. Em conjunto com a mídia que, atuando como mediadora no acesso ao discurso da lesbianidade, colaborou para a construção e circulação deste discurso à uma camada diversificada e ampla de pessoas. Tanto o movimento feminista, como a mídia colaboraram para que nos anos noventa uma significativa parte das mulheres se assumissem/autodeclarassem lésbicas. (LEVANDOWSKI, 2008). Além do movimento feminista, surge em 1979, organizações fortemente marcadas por lésbicas, assim como grupos unicamente formado por lésbicas.

Segundo Tânia Pinafi (2010) há uma forte cisão entre os(as) militantes gays e lésbicas.

investigar a história dos movimentos de lésbicas no Brasil é escavar as memórias subterrâneas que se encontram escondidas por baixo da grande bandeira do movimento homossexual, já que a maior parte das publicações científicas aborda a questão da homossexualidade masculina (PINAFI, 2010, p. 901)

A autora evidencia um fato pouco discutido dentro das revisões bibliográficas sobre as lésbicas, que são as “discussões acerca das especificidades da relação entre os militantes homossexuais – os gays e as lésbicas” (PINAFI, 2010, p.901). A autora acredita que esse fato ocorra devido à invisibilidade que cerca o tema, que é baseado nas assimetrias de poder (machismo, misoginia e lesbofobia⁵).

Na época em que se iniciam, com força, os movimentos LGBTTT, na década de 1980, há a cisão destes, porém o motivo deste dificilmente é evidenciado nos estudos que retratam esse período. Segundo a autora:

as assimetrias de poder existentes entre eles [militantes gays e lésbicas] passaram a causar disputas no relacionamento interpessoal. Ao trabalharem conjuntamente com os gays, as lésbicas notaram que havia uma grande diferença entre ser uma mulher lésbica e ser um homem gay em uma sociedade androcêntrica, patriarcal e machista. Isto porque a sociedade privilegia socialmente os homens, ainda que sejam eles gays.(PINAFI, 2010, p. 902)

O grupo SOMOS, (Grupo de afirmação homossexual), descrito na introdução deste trabalho, em seu início tinha como integrantes apenas homens gays, assim, conforme foi ganhando visibilidade na mídia novos integrantes foram sendo admitidos, o que deu a oportunidade de ingresso às mulheres. Após a entrada das mulheres no grupo houve uma cisão primária, pois conforme estas mulheres puderam reunir-se e debater particularidades reivindicatórias das lésbicas, decidiram

⁵ A lesbofobia é um termo empregado para caracterizar os efeitos maléficos da hierarquia da heteronormatividade que incidem sobre as mulheres de orientação sexual homossexual e com práticas homoeróticas.(PINAFI, 2010, p. 901, nota de rodapé)

formar um subgrupo formado apenas por lésbicas. Míriam Martinho (1990 apud PINAFI, 2010) relata que:

a partir de reuniões, exclusivamente femininas, organizadas com o objetivo de escrever um artigo sobre lesbianismo, para o *Lampião* de maio de 79, algumas de nós sentiram a necessidade de criar um subgrupo, só de mulheres, dentro do SOMOS, não apenas pela consciência de nossa especificidade, enquanto mulheres e lésbicas, mas também para fazer frente ao machismo dos “bichas” (como costumávamos chamá-los), que não era brincadeira (MARTINHO, 1990 apud PINAFI, 2010, p. 903)

Frente à esta situação os gays do grupo posicionaram-se de duas formas: alguns mostraram-se solidários à proposta; outros a viram como ‘divisionista’. Após esta divisão de grupos, a maioria das lésbicas passa a frequentar somente o subgrupo que se autodenomina de Lésbico-feministas, porém algumas lésbicas que optaram por continuar a fazer parte do grupo em conjunto com os homens gay acabaram por desvincular-se totalmente do grupo. (PINAFI, 2010)

a primeira menção ao machismo e à misoginia dos gays pelas lésbicas ocorreu em 1979, sendo novamente reiterada na década de 1990. Em meados de 2008 assistiu-se a alteração das siglas da Conferência Nacional, de GLBTT para LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), visando contemplar uma antiga reivindicação do segmento de lésbicas. Esta demanda lésbica vem justificada pelo desejo de serem mais visibilizadas, entre os outros participantes (GBTT) e perante a sociedade.(PINAFI, 2010, p. 907)

A autora faz menção ao I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO), realizado em abril de 1980, na USP, que contou com doze temários preestabelecidos, onde o debate sobre o machismo dentro do movimento LGBTT se deu em “A questão lésbica. O machismo entre homossexuais e papéis sexuais”, neste encontro foi que houve a primeira conclusão registrada sobre o tema. Os grupos que compuseram o debate concluíram que o machismo “não é propriedade masculina, mas sim uma

instituição autoritária utilizada como relação de poder não só, mas principalmente pelos homens”⁶ (PINAFFI, 2010, p. 905) gays ou não. Diante deste debate, somente em 1993, foi colocado em pauta, pelos grupos que integravam a comissão organizadora da VII Reunião de Grupos Homossexuais:

A inserção da palavra, proposta por nós da Rede de Informação Lésbica

Um Outro Olhar, com apoio do grupo Deusa Terra, , de ativistas lésbicas

independentes, e dos grupos mistos Etcetera e Tal e Grupo de Homossexuais do Partido dos Trabalhadores, esbarrou na oposição irada do machismo gay verde – amarelo. Foi necessário realizar uma consulta nacional

O conceito de diversidade sexual, busca o respeito às diversidades humanas, contribui para uma mudança social deste panorama. Kelly Kotlinski (2007) define o termo diversidade: “São as distintas possibilidades de expressão e vivência social das pessoas, dadas por aspectos de orientação sexual, gênero, sexo, faixa etária, raça/cor, etnia, pessoa com deficiência, entre outros.” (KOTLINSKI, 2007, p. 4)

Sabe-se que na sociedade contemporânea brasileira, que tem como valores hegemônicos o heterossexismo⁷ e o sistema de patriarcado⁸, a diversidade é vista como um “enfrentamento” dos valores dados como “normais”- que são a condição

⁶ EGHO. A Questão Lésbica. O Machismo entre Homossexuais e Papéis Sexuais. 1ª parte. (Relator do grupo 2: Leila Míccolis. Participantes: Grupo de Ação Lésbico-feminista, Fração Gay da Convergência Socialista, SOMOS e Grupo Auê), 1980.

⁷ Designa um pensamento segundo o qual todas as pessoas são heterossexuais. Um indivíduo ou grupo heterossexista não reconhece a possibilidade de existência legítima da homossexualidade, ou mesmo da bissexualidade. É a idéia de que a heterossexualidade é a orientação sexual "normal" e "natural", que comportamentos "não-heterossexuais" são um desvio da regra social, uma anomalia. O heterossexismo atribui vantagens à heterossexualidade, privilegia os direitos de heterossexuais em detrimento dos direitos de homossexuais. Por vezes sutil, o heterossexismo é a opressão de “não-heterossexuais” por meio inclusive de negligência, omissão, supressão e distorção dessas vivências”(KOTLINSKI, 2007, p. 3)

⁸ “Sistema de organização política, econômica, religiosa, social etc, fundada numa hierarquia na qual a maioria das posições superiores é ocupada por homens. O patriarcado é também responsável pela exclusão social das mulheres nas várias esferas da vida.” (KOTLINSKI, 2007, p. 3)

aceita para o convívio no coletivo e para a inclusão social que exercem forte influência na construção da vida individual. Assim, instituições como: a escola, a família e os espaços públicos - segregam e excluem grupos sociais tidos como desqualificados (JOCA, 2011). “Isso tem gerado profundas inquietações em decorrência das desigualdades ocasionadas pela compreensão da sexualidade através do prisma da dominação masculina e da hegemonia da heterossexualidade.” (JOCA, 2011, p. 13 – 14)

Esta forma de negar o direito à diversidade, em especial a diversidade sexual, rejeita ou ignora as subjetividades dos desejos e prazeres implicados na vivência das diversas possibilidades do sexual” (JOCA, 2011, p. 15).

Para o reconhecimento de uma livre expressão da diversidade sexual, faz-se necessário que haja igualdade legal, sendo a igualdade um valor democrático que denota direitos e deveres iguais entre os membros da sociedade: “os direitos de uma cidadã heterossexual não podem ser diferentes de uma cidadã homossexual, ou então o Estado está sendo desigual” (KOTLINSKI, 2007, p. 4) e não democrático.

Reconhecer todas essas possibilidades e ainda outras que podem surgir, é perceber a diversidade sexual, é respeitar a diversidade humana, contribuindo assim com uma sociedade justa, diversa, igualitária e livre. (KOTLINSKI, 2007, p. 2)

Outro tema que se articula ao combate à discriminação e preconceito homossexual, bem como a seu complemento de reconhecimento da diversidade sexual, refere-se aos direitos sexuais das mulheres, homossexuais e/ou heterossexuais. Segundo Laura D. Mattar (2008), a evolução histórica dos direitos sexuais das mulheres é importante para a compreensão da situação atual da diversidade como um direito humano, em especial dos direitos sexuais. Vejamos, a seguir, alguns breves pontos sobre esse tema.

No início dos estudos científicos da sexualidade humana, as mulheres eram consideradas um corpo masculino “atrofiado”, pouco desenvolvido. Posteriormente, a mulher passou a ser entendida como o “segundo sexo”, e não mais um homem

não desenvolvido. Porém, considerava-se que por determinações de natureza biológica, cada sexo teria seu papel social designado pela natureza. Sendo assim, à mulher caberia o papel de procriadora, e ao homem todas as outras tarefas direcionadas “à reprodução humana, ou seja, atividades sociais, políticas, culturais e econômicas.” (MATTAR, 2008, p. 66). Esta premissa validou e perpetuou, durante muito tempo (atualmente ainda para certos grupos), a ideia de que sexo é ligado diretamente à reprodução, assim como a recíproca, determinando a heterossexualidade como “a sexualidade correta”, por ser a única forma de relação sexual que permite a reprodução. (MATTAR, 2008)

Dado o referencial “normal” de conduta, as outras variáveis, como a relação fora do casamento e a relação homossexual, que não tem intenção de reprodução, são excluídas socialmente. Os primeiros grupos a defender a diversidade sexual, foram os grupos de lésbicas e gays junto com grupos feministas que “consideram a sexualidade crucial para compreender e transformar a desigualdade de gênero” (MATTAR, 2008, p. 79)

Antes que o tema da diversidade sexual entrasse no debate de direito à vida, estava na pauta como um direito liberal, dificultando sua aceitação pelo Estado. Ignorada por muito tempo, inclusive em debates internacionais, a diversidade sexual passa a ser fortemente debatida com a epidemia de HIV/AIDS, no final da década de 1980 (junto com o debate sobre a homossexualidade masculina), ganhando espaço nos debates públicos como uma questão de saúde, o que permitiu, ainda que superficialmente, a formulação e positivação dos direitos sexuais. Com esta conquista, em 1995, na IV Conferência Mundial da Mulher, a mulher passou a ser reconhecida como um ser sexual e não somente reprodutivo. (MATTAR, 2008. p. 81)

os direitos sexuais dizem respeito ao direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. Se por um lado esses direitos estão inter-relacionados [...] o exercício da sexualidade de forma livre e segura só é possível se a prática sexual estiver desvinculada da reprodução - por outro lado, sua distinção por tratamento jurídico diferenciado é o que assegura o exercício pleno da

cidadania pelas mulheres e homossexuais (MATTAR, 2008, p. 61)

Na sociedade ocidental contemporânea, os temas aqui mostrados apelam por uma diversidade de discursos que podem sustentar visões do passado ou criar e reformar novas perspectivas e valores associados à sexualidade. Analisar discursos da mídia jornalística, nesta pesquisa em específico, discursos proferidos e veiculados pelo jornal Folha de S. Paulo, pode nos oferecer um panorama do que, apesar de tantos debates já realizados, vem sendo colocado à disposição de leitores e eleitores brasileiros(as). “Fazer jornalismo é uma opção ideológica: definir o que vai sair, como, com que destaque e em favorecimento de quem é um ato de seleção e exclusão. Essa característica torna o jornal um veículo de reprodução parcial da realidade.” (TEIXEIRA; SILVA; LEAL, 2012, p. 4), ou de sua desestabilização.

Não é possível, ao analisar os meio de comunicação, desvincular as matérias dos confrontos de interesses (instituições normativas). Em diversos âmbitos, o jornalismo contribui para a sustentação e a afirmação de posições políticas e opiniões sobre comportamento que devem ser seguidos, ou não

O jornalista extrai da realidade o que lhe interessa (ou aos seus leitores) e isso se transforma em notícia; da realidade é extraída apenas uma “parte útil,” utilidade esta avaliada segundo critérios puramente particularistas, perdendo a dimensão de totalidade que explique os fatos. O editor decide o enfoque da matéria, o tamanho, o título e a colocação na página. Ou seja, nas mãos do editor está a definição política de como um fato deverá repercutir na sociedade ou simplesmente não ser divulgado, como se realmente não tivesse existido. (TEIXEIRA; SILVA; LEAL, 2012, p. 5)

Analisar discursos da Folha de S. Paulo sobre lesbianidade faz sentido por duas razões principais:

Édison T. de Oliveira (2010) realizou uma análise comparativa entre os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, afim de identificar características

particulares de duas mídias burguesas. Dentre diversas afirmações, o autor explicita que, apesar de a Folha de S. Paulo fazer uso de uma linguagem mais acessível, que adota menos termos técnicos, no que se refere ao conteúdo dos textos, esta é colocada como um jornal “mais elitizado, sério e contra o governo vigente” (OLIVEIRA, 2010, p. 238). A posição favorável aos direitos homossexuais vem sendo adotada e explicitada pelo jornal Folha de S. Paulo, conforme matéria (PEGAR MATÉRIA). Por outro lado, vários estudos têm assinalado produção e veiculação de discursos pouco “progressistas” pelo jornal com relação a diversos temas.

2.2. A Folha de S. Paulo

A despeito do intenso desenvolvimento da televisão no Brasil, os jornais brasileiros não vêm perdendo a disputa, ao contrário, vem se ampliando o número deles: conforme a Associação Nacional de Jornais (www.anj.org.br) se em 2007 despúnhamos de 555 títulos de jornais diários, em 2012 esse número aumentou para 727, que circula 8.802 exemplares por dia. O jornal Folha de S. Paulo, em 2012, ostentava uma média de circulação de 297.650 jornais por dia, ocupando a primeira posição no *ranking* conforme a mesma fonte.

Neste capítulo pretendo apresentar uma pequena síntese da história da empresa Folha de S. Paulo e algumas de suas características, incluindo uma análise crítica quanto à posição política do jornal. A síntese se baseia no capítulo “A empresa Folha de S. Paulo” presente na dissertação de mestrado de Carla Pellicer dos Santos (2012).

Segundo Carla Pellicer dos Santos (2012), a empresa Folha de S. Paulo foi criada em 1921 tendo como primeira publicação o jornal Folha da Noite. Após quatro anos de existência a empresa lançou o jornal Folha da Manhã em 1925. A partir da descrição da própria Folha de S. Paulo (2011) Santos (2012) assinala as particularidades da produção:

As principais características dessas edições, conforme descrição do próprio jornal, eram a “linguagem simples”, um “estilo leve” e a concepção de que o jornal deveria manter-se “independente” de partidos políticos e com “flexibilidade” para diferentes opiniões quando necessário.(FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 80)

De forma contrária a este discurso, análises mostraram que o jornal foi participante ativo naquele momento político do governo de Getúlio Vargas. O jornal se posicionava a favor de diversas questões políticas, como a defesa do voto secreto, direito às férias após um período de trabalho, regulamentação do trabalho de menores em fábricas, etc. (SANTOS, 2012, p.80 - 81). Por este motivo, o jornal foi censurado e proibido de circular em dezembro de 1924. Como alternativa, a empresa Folha de S. Paulo lançou o jornal Folha da Tarde. (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 81)

Em 1930, a empresa Folha de S. Paulo foi destruída pelos cidadãos que apoiavam Getúlio Vargas contra a ideologia defendida pela empresa. O jornal parou de circular durante quase um ano. Em 1913 a empresa foi vendida a um cafeicultor, Octavio Alves de Lima. O jornal Folha da Manhã voltou a circular, porém agora com ênfase nas notícias de agricultura. Ocorreu um aumento significativo da distribuição diária do jornal. (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p 81).

Octavio vendeu a empresa em 1945, segundo a Folha de S. Paulo (2011 apud SANTOS, 2012, p. 81): “os novos responsáveis pelo jornal tinham o intuito de defender a democracia e os interesses públicos de forma imparcial e apartidária”. Em 1960, a empresa ganhou a denominação de *Folha de S. Paulo* quando as três edições da empresa, Folha da Manhã, Folha da Tarde e Folha da Noite foram unificadas em uma única publicação diária. (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p 81)

Com a revolução tecnológica, a Folha de S. Paulo, em 1967, ganhou um novo design gráfico e a modernização de suas publicações, “tornando-se a pioneira em impressão *offset*, em cores, com larga tiragem” (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 81). Em 1996, após 30 anos, a empresa em associação com a Quad/Graphics,

uma grande gráfica norte-americana, passou a realizar publicações no formato de revistas, denominadas de Folhapar, que possibilitou a duplicação dos lucros da empresa. (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 81). Como última criação da empresa ocorreu a incorporação do Universo Online (UOL), “cuja proposta era fornecer a informação e o acesso à internet de forma conjunta” (FOLHA, 2011 apud SANTOS, 2012, p. 82).

A empresa passou a produzir publicações realizadas na versão *online*, que segundo Moherdauí (1999 apud SANTOS, 2012, p. 82):

diferenciava-se da versão impressa quanto ao conteúdo das matérias publicadas, principalmente aquelas referentes à opinião. Uma razão para isso era que, na versão *on line*, estavam inclusos textos publicados tanto na versão nacional como local, distribuída na cidade de São Paulo, normalmente a mais atualizada. De acordo com a autora, não existiam diferenças na linguagem utilizada, porém apenas 15% das imagens veiculadas no material impresso eram divulgados via *web*. (MOHERDAUI, 1999 apud SANTOS, 2012, p. 82)

Assim para nos aproximarmos de como é produzido e divulgado o conteúdo das matérias veiculadas pela Folha de S. Paulo online, é necessário apreendermos as orientações de sua linha editorial, Carla Pellicer dos Santos (2012) evidencia a importância de entender “as regras desde a elaboração da pauta até a edição final do jornal” como um modo de entender melhor como se caracteriza produção e circulação das formas simbólicas veiculadas através do jornal Folha de S. Paulo. Para isso, expõe o projeto editorial da empresa que vem sendo descrito em várias versões do Manual de Redação, elaborado pela Folha de S. Paulo, mantendo os princípios expostos no início:

apartidarismo – Princípio editorial da Folha. O jornal não se atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, ideia ou atitude, a Folha não deixa de notícias e públicas posições divergentes das suas. (FOLHA DE S. PAULO, 2010 apud SANTOS, 2012, p.85)

pluralismo – Princípio editorial da Folha. Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. Os leitores da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estas representadas no jornal. (FOLHA DE S. PAULO, 2010 apud SANTOS, 2012, p.85)

jornalismo crítico – Princípio editorial da Folha. O jornal não existe para adoçar a realidade, mas para mostra-la de um ponto de vista crítico. Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento. A Folha pretende exercer um jornalismo crítico em relação a todos os partidos políticos, governos, grupos, tendências ideológicas e acontecimentos. (FOLHA DE S. PAULO, 2010 apud SANTOS, 2012, p.85)

A última atualização do projeto editorial se deu em 23 de maio de 2010, divulgado no caderno *Novíssima*, um Caderno especial na versão impressa. O projeto editorial informou que visava alcançar uma legibilidade mais acessível, com mais análises e textos de opinião, que traria em seu corpo mais cadernos, seções e um grupo de colunistas e ilustradores novos. (NOVISSIMA, 2010 apud SANTOS, 2012, p. 86)

Dávila (2010 apud SANTOS, 2012, p. 86), editor executivo do jornal, expõe a parceria dos jornalistas da versão online e da versão impressa, destacando que ambos tinham o compromisso de “buscar informação exclusiva, o furo de reportagem, o enfoque único, o olhar diferenciado” (DÁVILA, 2010 apud SANTOS, 2012, p. 86).

Nassif (2003 apud SANTOS, 2012, p. 87) foi um dos autores que realizou uma análise crítica do jornal Folha de S. Paulo, destacando que o jornal ganhou prestígio com a campanha Diretas já, com grande marco na imprensa brasileira.

Esse período de redemocratização do país pode ser distinguido pela disputa de interesses, abusos políticos e pelo desequilíbrio econômico, constatado principalmente pela superinflação. Nesse contexto, o desenvolvimento do projeto editorial do jornal Folha de S. Paulo visou colocar o jornalismo brasileiro no campo do marketing da notícia sob a ideia de defesa dos

interesses difusos dos cidadãos. (NASSIF, 2003 apud SANTOS, 2012, p. 87 – 88, grifo nosso)

Este novo modelo, reproduzia padrões de culturas consumistas, como a europeia e norte-americana, até mesmo a notícia, deve ser vendida como mercadoria aos consumidores. Para que ocorra venda, manipula a exposição das informações, trazendo questões controversas e transformando-as em marketing (ARBEX JR, 2001 apud SANTOS, 2012, p.88). Para Arbex Jr (2001 apud SANTOS, 2012, p. 88) a Folha de S. Paulo “(...) adotou a estratégia de transformar a luta pela democracia em marketing”, divulgando as manifestações e comícios e convocando a população para participarem destas, como estratégia de “sedução do leitor”.

Para Arbex Jr (2001 apud SANTOS, 2012, p. 88) esta estratégia de notícia como marketing “(...) trazia em si a seleção minuciosa das estratégias que venderiam a notícia ou não, do que deveria ser exposto ou não, quais temas/ jornalistas/ colunistas deveriam obter visibilidade ou não. “Ao longo da década de 1980, essa sedução foi representada pelas mudanças tecnológicas e gráficas realizadas pela Folha de S. Paulo.” (ARBEX JR, 2001 apud SANTOS, 2012, p. 88) Outra forma de afirmar esta seleção para “vender o produto” foi a implantação do manual de redação, descrita pelo autor como “uma imposição de normas industriais à produção textual”. (ARBEX JR, 2001 apud SANTOS, 2012, p. 88)

Os chamados “temas controversos” continuam a frequentar as páginas da Folha de S. Paulo. É nossa percepção que o tema da homossexualidade e da lesbianidade são considerados “temas controversos” pelo jornal. Trazemos como apoio a matéria publicada. **Parei aqui – matéria o que a Folha pensa!!!! E continuação da história até a contemporaneidade**

3. Lesbianidade na Folha de S. Paulo Online: procedimentos e resultados

Este capítulo destina-se a apresentar a pesquisa empírica. Nele foram incluídos dois tópicos relacionados à análise das matérias localizadas no site do jornal Folha de S. Paulo Online que mencionavam termos associados à homossexualidade feminina. O primeiro tópico apresenta os procedimentos para localização e análise das matérias; o segundo descreve os resultados das análises.

3.1. Procedimentos

Como já dito acima, este tópico descreve como se deu a localização das matérias que contém o termo lésbica e/ou lésbicas, publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo Online, e os procedimentos usados para a análise das 39 matérias que contribuíram para o corpus⁹.

3.1.1 Localização das matérias

Iniciei a pesquisa localizando as matérias que foram publicadas pela Folha de S. Paulo Online que continham o termo lésbica e/ou lésbicas. Para isto, inseri os termos lésbica e/ou lésbicas na ferramenta de busca no site da Folha de S. Paulo.

No site do jornal Folha de S. Paulo localizamos no total, 1637 matérias que continham os termos lésbica e /ou lésbicas, publicadas entre 1994 a 2014. Reduzindo o intervalo para matérias publicadas entre 2009 e 2013, a fim de obter uma análise atual, localizamos 407 matérias que continham o termo lésbica e/ou lésbicas.

⁹ Denomina-se corpus o conjunto de textos submetidos à análise de discurso.

. As matérias identificadas pela ferramenta de busca foram salvas em um arquivo do Word e os termos lésbica e/ou lésbicas iluminados para análise. Durante a leitura das matérias publicadas entre 2009 e 2013 percebeu-se que parte destas trata-se de anúncios de salas de cinema e/ou a palavra lésbica e/ou lésbicas encontra-se em algum link presente na página da internet e não no corpo da matéria (ao todo 95 matérias das 407 localizadas).

Após a leitura das matérias assim localizadas (407), 39 foram, então, selecionadas para compor o corpus da pesquisa, com o critério de tratarem o assunto da lesbianidade como tema central, já que as demais apenas, como vimos, mencionavam-no.

3.1.2 A análise

Organizadas as matérias, elaboramos uma grade de análise contendo seis categorias para descrever aspectos considerados relevantes das matérias. Aplicamos a grade de análise em cada matéria, tendo elaborado, então, planilhas apresentadas no anexo 2.

Os resultados dessas planilhas foram organizados em quadros sintéticos apresentados no corpo do texto.

Lembramos que, adotamos procedimentos de análise de conteúdo sistematizados pelo núcleo de estudos de gênero, raça e idade (NEGRI), do programa de Psicologia Social da PUC-SP, particularmente, da dissertação de mestrado de Carla Pellicer dos Santos (2012).

Quadro 1: Categorias de análise das matérias

Denominação das categorias	Título da Categoria	Subcategorias	Descrição
1	Data		Data em que a matéria foi publicada
1.1		Dia da semana	
1.2		Mês	
1.3		Ano	
2	Caderno	Aberto	Conforme aparece no site
3	Matérias assinadas		Verificar se a matéria é assinada
3.1		Sim	
3.2		Não	
4	Nº de vezes que os termos aparecem		Usar ferramenta de localização para identificar os termos
4.1		Lésbica	
4.2		Lésbicas	
4.3		Gay	
4.4		Gays	
4.5		Homossexualismo	
4.6		Homossexual/ Homossexualidade	
4.7		LGBT	
4.8		Queer	
4.9		Viado/Veado/Bicha /Biba	
4.1.1		Sapatão/Tomboy	
4.1.2		Mulher gay ou mulher homossexual	
5	Localização do termo na matéria		Verificar onde o termo Lésbica aparece na matéria (indicador de importância)
5.1		Título	
5.2		Chamada	
5.3		Corpo da matéria	
6	Sexo da(o) autora(or) das matérias assinadas		Informar o sexo da(o) autora(or) da matérias assinada
6.1		Homem	
6.2		Mulher	
6.3		Mulher e Homem	

3.2 Resultados

Os resultados da análise serão apresentados em dois tópicos: no primeiro os resultados gerais apoiados nas categorias que possam apreender a importância atribuída ao tema da lesbianidade; no segundo analisamos quem se identifica como autor(a) das matérias localizadas.

3.2.1 Análise geral

Neste tópico trataremos da importância atribuída ao tema da lesbianidade nas páginas do jornal Folha de S. Paulo *online*, a partir da análise de 39 matérias publicadas no período de 2009 a 2013.

A lesbianidade constitui um tema relevante? Os leitores(as) do jornal Folha de S. Paulo teriam acesso ao debate brasileiro sobre a lesbianidade ou sobre as questões LGBTTT? Em resposta à primeira pergunta, para a qual mais a frente serão apresentados argumentos, é que ainda não. O termo lésbica(s), embora encontrado com frequência e há alguns anos, não tem sido tratado como tema central e/ou reflexivo em nenhuma das matérias analisadas. Sendo assim, a veiculação deste debate parece-nos reduzida.

Dentre as 407 matérias localizadas, publicadas entre 2009 e 2013, que veiculam o termo lésbica e/ou lésbicas, 39 matérias (9%) trataram central e diretamente de assuntos relacionados à lesbianidade ou às lésbicas. O restante (90,4%) tange a questão, remetem a outros endereços na internet, ou mais frequentemente, apenas mencionam o termo lésbica e/ ou lésbicas

Para exemplificar o que foi dito acima exponho, primeiramente, matérias que incluem o termo lésbica(s) somente por fazerem parte de uma sigla, mencionarei o título da matéria e, em seguida, a frase em que o termo é encontrado.

“Lana, ex-Larry, comenta mudança de sexo”. O termo lésbicas aparece na frase: “(...) no festival de Toronto, ela disse que resolveu abordar o assunto por pressão da comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais).”;

“‘Cruzada’ tenta vetar exigência de teste de HIV em concursos”. O termo lésbicas aparece na frase “O documento revoltou a ABGLT (Associação Brasileira de gays, lésbicas e travestis)”;

“Governo lança campanha de saúde para travestis”. O termo aparece na frase: “Em 2009, em outro gesto de aproximação com a população LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)”.

Observa-se, pois, que o termo está subsumido na sigla LGBTTT.

Outro exemplo de matérias indiretas são aquelas em que o termo é citado como uma característica de um grupo ou de uma pessoa, a saber:

“O papel da cor da pele no governo Obama” onde o termo aparece em, “Obama em favor de grupos diversos: mulheres, judeus, gays e lésbicas.”;

“Pastor é eleito para comissão de direitos humanos da Câmara” termo aparece em: “A comissão é dos ciganos, das lésbicas, das prostitutas, dos evangélicos e dos católicos.”;

“Teatro burlesco com floreio feminista”, na qual o termo é encontrado em: “o público é formado principalmente por mulheres, muitas delas lésbicas.”.

Em outras matérias, o termo está presente no corpo do texto, mas não o tema. Ou seja, o termo lésbica(s) é apenas mencionado. Por exemplo, a matéria “Homens em obras: ‘As mulheres são lésbicas, eu não sou’.”

Voltando à análise de Van Dijk (2012) sobre acesso ao discurso, observamos que o acesso ao tema da lesbianidade pode ser considerado reduzido, dada a desproporção entre menção ao termo e relevância atribuída ao assunto no corpo da matéria. Isto se vê reforçado quando adentramos mais a análise referente às 39 matérias que se referem diretamente ao tema, observamos o reforçamento do tratamento secundário dado à causa da lesbianidade. (Quadro 2)

Assim, o termo lésbica e/ou lésbicas pode ser localizado, durante o período de 2009 a 2013, em matérias de diversos cadernos, a saber: Cotidiano, Mundo, Poder(antigo Brasil), Ilustrada, Opinião, Saúde + Ciência, Turismo, *New York Times*, Folha corrida, Esporte, Ilustríssima, Mercado(antigo Dinheiro), TEC, FolhaTeen,

Negócios, Equilíbrio, MAIS!(caderno deixou de circular em 2010), Saber, Especial, Ribeirão, Campinas e Acontece. Dentre todos os cadernos, a maioria das matérias, publicadas no período de 2009 a 2013, foi publicada no caderno Cotidiano (38,9%), assim caracterizado pelo jornal:

Oferece ao leitor informações úteis ao seu dia-a-dia nas áreas de segurança, educação e direito do consumidor. Traz diariamente notícias relativas às principais capitais do país. Na edição São Paulo, concentra sua cobertura na capital paulista. Procura prestar serviço ao leitor sobre temas como direito do consumidor, saúde, trânsito e meteorologia. (GRUPO FOLHA, s/d, página única)

Quadro 2: Síntese de categorias predominantes nas matérias diretas analisadas.

Categorias	Sub categorias	Total	%
Data	Nº de matérias publicadas aos Sábados(N=39)	11	28,2%
Caderno	Nº de matérias publicadas no caderno Cotidiano (N=39)	14	35,9%
Matérias assinadas	Não (N=39)	12	30,8%
	Sim (N=39)	27	69,2%
Nº de vezes que os termos aparecem	Homossexualidade/ Homossexual (N=324)	90	27,8%
	Gays (N=324)	74	22,8%
	Lésbicas (N=324)	72	22,2%
	Gay (N=324)	61	18,8%
	Lésbica (N=324)	12	3,7%
Localização do termo na matéria	Título(N=39)	6	12,8%

No caderno Cotidiano, podemos encontrar matérias como: “Mães de manifestantes, gays e trabalhadores aderem ao protesto” (FOLHA DE S. PAULO, caderno Cotidiano, matéria publicada em 17/06/2013); “ ‘Minha meta é beijar 100 homens’, diz mulher na Parada Gay de SP” (FOLHA DE S. PAULO, caderno

Cotidiano, matéria publicada em 02/06/2013); “Brasil quer vacinar 95% dos jovens contra a hepatite B até 2015” (FOLHA DE S. PAULO, caderno Cotidiano, matéria publicada em 24/07/2012); “Ato de mulheres do movimento GLBT provoca lentidão na Paulista” (FOLHA DE S. PAULO, caderno Cotidiano, matéria publicada em 25/06/2011). Enfim, tratam-se de matérias que, embora possam trazer temas políticos, tem seu foco direcionado para as práticas do cotidiano, que misturam passeata com o trânsito ou a meteorologia.

Notar ainda, que não localizamos qualquer matéria situada nas páginas de matérias de fundo ou nos editoriais. Portanto parece-nos haver pouco acesso às chamadas “páginas nobres” (páginas 2 ou 3, além da capa) do jornal (Quadro 2)

Após Cotidiano, o caderno que apresenta o maior número de matérias foi Mundo. Por exemplo: “Obama critica aplicações de lei russa anti-homossexualidade em Sochi”(2), ou “Manuela, filha de Raúl Castro, defenderá gays como deputada” (7). Ou seja, reveste-se o tema de certo exotismo, pois “Lésbicas se sentem em casa na China” (18).

No caderno Ilustrada, localizamos 67 matérias indiretas, referentes ao tema da lesbianidade. Dentre estas, uma outra maneira de menção do termo lésbica, com tratamento indireto, ocorre no caderno ilustrada, em informações culturais, por exemplo, sobre filmes. Este “retrato” da lesbianidade que confere-as ao mundo do “faz de conta”, supre uma imagem da lésbica em camadas sociais privilegiadas, assim aceita socialmente, ou então da lésbica que busca um relacionamento amoroso monogâmico, reforçando os valores da cultura heteronormativa.

Uma outra particularidade das matérias que trazem a aura da amenidade é pelo dia da semana mais frequente para publicação das matérias, é o sábado (35,9%), um dos dias de amenidades no jornal.

Outros indicadores de importância reduzida do tema é o fato de quase um terço (30,8%) das matérias não ser assinada. Trataremos no segundo tópico da identificação de quem assinou as matérias. Por ora, destacamos dois pontos relevantes, a nosso ver: a presença do termo lésbica e/ou lésbicas no título e a frequência do aparecimento na matéria.

Quando tratamos de temas polêmicos ou que possuem muitos pontos de vista, é importante que a matéria contenha uma assinatura, para que as ideias e visões postas possam ser debatidas com sua(seu) autora(or). Assim observamos que 69,2% das matérias são assinadas. Isto pode significar que a Folha de S. Paulo ainda considera o tema da lesbianidade como polêmico.

Entendemos também que matérias que não possuem assinatura não podem expor ou refletir as opiniões de quem as escreve. Muitas das matérias que não possuem assinatura trazem títulos polêmicos onde um posicionamento da(o) escritora(or) seria de grande importância, pois sem esta, a matéria passa a ser classificada como estritamente informativa, sem expor mais de um ponto de vista sobre o que é informado, como o exemplo nas matérias: “Deputados atacam vídeo anti-homofobia” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, matéria 21) que segue com a chamada “Parlamentar declara que tem “nojo” de material que será distribuído em escolas do país” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, matéria 21) ou “Mariela, filha de Raul Castro, defenderá gays como deputada”(FOLHA DE S. PAULO, 2013, matéria 7). Tratam-se de matérias com foco informativo, e que trazem em seu entorno a importância de um debate político, que não é evidenciado no corpo do texto.

Como dito, as 39 matérias foram selecionadas porque tratam central e diretamente do tema da lesbianidade. Ou seja, vão além de apenas mencionar o termo. Porém tratar direta e centralmente não significa tratar exclusivamente. No conjunto das 39 matérias, lésbicas e homossexuais genéricos ou masculinos convivem. Porém, a convivência é hierárquica. Assim, das 39 matérias, que, repetindo, tratam diretamente de temas relacionados à lesbianidade, em 11 (28,2%) o termo gay aparece no título e, em apenas 12,8%, o termo lésbica também aparece no título,

Buscamos aprofundar esta análise quanto ao uso dos termos “homossexualidade/homossexual”, “gay” e “gays”, “lésbica” e “lésbicas”, “homossexualismo”, “mulher gay/ mulher homossexual”, “LGBT’s”, “sapatão/dyke/tombo”, “*queer*” e “viado/bixa” nas matérias, criando onze categorias de denominação para homossexuais e lésbicas, observando sua frequência de aparecimento nas matérias. (Tabela 3).

Tabela 3. Frequência de aparecimento de termos relacionados à relações ou identidades homoeróticas/homoafetivas

Categorias	TOTAL	%
Homossexualidade/Homossexual	90	27,7%
Gays	74	22,8%
Lésbicas	72	22,2%
Gay	61	18,8%
Lésbica	12	3,7%
Homossexualismo	7	2,1%
Mulher gay/Mulher homossexual	5	1,5%
LGBT's	2	0,6%
Sapatão/dyke/Tomboy	1	0,3%
Queer	0	0%
Viado/Bixa	0	0%

Em primeiro lugar, nota-se a ausência quase que total de termos de “baixo calão”, vulgares ou pejorativos. Os únicos localizados foram: o termo *tomboy*¹⁰ (matéria 17) e homossexualismo (matéria 13), com reduzida presença. O termo “*tomboy*” aparece na frase “Nunca saí da China, mas já vi filmes estrangeiros mostrando duas mulheres bonitas juntas. Aqui, não: os casais são sempre um “tomboy” [mulher masculinizada] e uma “garota bonita”.”(Folha,2011, matéria 17); o termo “homossexualismo” aparece em “O filme acompanha a viagem do DJ britânico Scott Mills -que é militante dos direitos dos gays- a Uganda, onde o homossexualismo é ilegal.”(Folha, 2012, matéria 13)

Por outro lado, uma frequência nitidamente superior dos termos homossexualidade/ homossexual, gay(s) em detrimento de lésbica(s). Assim, enquanto para os termos gays e gay encontramos, especificamente, 74 e 61 menções no conjunto das 39 matérias, os termos lésbicas e lésbica foram mencionados 72 e 12 vezes especificamente. Voltamos às matérias para captar nuances dessas diferenças nos títulos. Exemplos de menções do termo gay(s) “Candidatos gays divergem sobre melhor estratégia”(27); “Gays são mais agredidos

¹⁰ Termo da língua inglesa que se traduz por menina que age e/ou se veste como menino.

por policiais”(29); “Uganda debate lei que pune gays com morte” (33). Exemplos de menções do termo lésbica(s) “Reality sobre lésbicas de Los Angeles peca por parecer falso”(26); “Lésbicas de Cristo”(19); “Lésbicas são mais afetivas e assumem relação”(11).

Os títulos em que o termo gay(s) é mencionado habitualmente tratam se assuntos políticos e que não dizem respeito somente aos gays, mas à comunidade LGBTT em geral. Já quando há menção ao termo lésbica(s) habitualmente as matérias se referem a características de um grupo específico ou a padrões de comportamento.

Entendemos que o termo homossexual é genérico, usado para abarcar a ideia de pessoas com a orientação sexual lésbica e gay. Valeria à pena uma reflexão mais aprofundada sobre conotações do termo homossexual, se a ele se associam significados neutros ou genericamente masculinos. Pergunta-se, o termo homossexual seria equivalente ao termo homem no universo homoafetivo?

Também, necessitando de mais aprofundamento, destacamos o uso mais frequente do termo lésbicas no plural, que lésbica, interpretamos como indicador de discurso desindividualizante. O termo é encontrado no plural constantemente, usado para compor siglas e para se referir a certo grupo de pessoas que compartilham da mesma característica. Assim, compreendemos que o menor uso do termo no singular é uma característica desindividualizante, quando não há relatos sobre uma mulher lésbica específica, as matérias parecem evidenciar a lesbianidade no grupo de lésbicas ou dentro de um modelo em que a individualidade de cada mulher é dissolvida na característica grupal à qual esta foi inserida, para nós um modelo estereotipado de retratar a lesbianidade.

Constantemente, encontramos, nas matérias a lésbica sendo referenciada pelo termo gay: “Senado aprova lei contra discriminação de gays no trabalho” (FOLHA DE S. PAULO, 2013, matéria 2); “Plano de saúde terá de incluir parceiro gay” (FOLHA DE S. PAULO, 2010, matéria 31). Este modo de utilizar a flexão de gênero que insere a lesbianidade na categoria gay é interpretado por nós, como reproduzindo a mesma lógica encontrada no plural da língua portuguesa, quando pessoas de ambos os sexos são nomeadas no masculino (“os aluno”, por exemplo), o que é uma operação linguística de invisibilidade feminina.

Quanto à primeira pergunta, formulada na página quarenta e quatro, parece-nos não haver dúvida que a lesbianidade e a(s) lésbica(s) não constitui um tema de destaque no jornal.

É difícil propor uma interpretação definitiva sobre este componente das matérias. Falar sobre lésbicas, hoje em dia, seria visto como um enfrentamento? Usaria a Folha de S. Paulo de estratégias discursivas para introduzir a questão, pois, o tema ainda é considerado de pouca relevância? Trata-se de decorrência de eventual oposição ou rejeição ao tema da lesbianidade entre os(as) leitores(as) da Folha de S. Paulo?

Para dar mais consistência a nossas observações referentes a este tópico, analisamos a distribuição dos dados no transcorrer dos anos focalizados na pesquisa (2009 a 2013), visando responder à pergunta: o observando trata-se de exceção ou de uma tendência constante nos cinco anos sob análise. Observamos uma boa constância temporal nas categorias abaixo indicadas, sinalizando tratar-se de tendência do jornal nos últimos cinco anos (2009 – 2013)¹¹.

- Não se nota aumento progressivo do número de matérias por ano;
- Sábado constitui o dia da semana com maior incidência de matérias em todos os anos com exceção de 2012;
- Cotidiano constitui o caderno com maior número de matérias com exceção de 2013;
- Maior presença do termo “lésbicas” no plural que no singular em todos os anos;
- Maior presença do termo lésbica(s) no corpo da matéria (em comparação com título e chamada) em todos os anos.

¹¹ Dados brutos nas planilhas no anexo

3.2.2. Análise das matérias segundo o sexo das(os) jornalistas

Na análise acima, percebemos que dois terços das matérias dispõem assinatura. Interessou-nos saber o sexo das(os) jornalistas que escreveram essas matérias referentes à temática da lesbianidade: seriam mulheres ou homens? O tema da lesbianidade é paradigmático, pois relaciona-se exclusivamente a mulheres.

Os dados mostraram que, dentre as 39 matérias diretas, 16 matérias foram assinadas por jornalistas do sexo masculino, o que corresponde a 41% das matérias, sendo que mulheres assinam 23%, quase metade das matérias foi assinada por homens, as demais não sendo assinadas ou assinadas por ambos.

Se considerarmos apenas as matérias assinadas, observamos que apenas um terço (33,3%) são assinadas por mulheres. Aqui, a supremacia masculina se torna mais evidente, na medida em que em um universo estritamente de mulheres – o da lesbianidade – a principal voz que se faz ouvir é a de homens. Além disso, enquanto nicho no mercado de trabalho, aparentemente (a se verificar) abre mais espaço para homens que para mulheres.

Tabela 4. Frequência de matérias segundo ano por sexo das(os) jornalistas que assinam as matérias.

Categorias	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL	%
Assinada - Jornalista do sexo Feminino	0	4	3	2	0	9	23,1%
Assinada - Jornalista do sexo masculino	3	7	1	2	3	16	41%
Assinada - Jornalistas de ambos os sexos	2	0	0	0	0	2	5,1%
Matéria não assinada	1	0	3	3	5	12	30,8%
Total	6	11	7	7	8	39	100%

Segundo as teorias de gênero, os homens, há muito tempo, tem produzido discursos sobre as mulheres e afirmado padrões de comportamento para elas. O discurso dos homens sobre as mulheres tem sido mais valorizado e evidenciado do que o próprio discurso das mulheres sobre elas mesmas. Não se trata de algo paradoxal, mas que na gíria de estudos sobre o poderio masculino no mercado de trabalho se denomina de “escada rolante” e “teto” de vidro: quando eles entram no nicho das mulheres ascendem rapidamente a postos (escada rolante). Quando elas entram nos nichos dos homens não ascendem a postos superiores (teto de vidro). Perguntamos: será que encontraríamos mulheres assinando matérias sobre homossexuais homens?

A Folha de S. Paulo, ao criar condições para que o acesso ao discurso de jornalistas homens sobrepusesse o discurso de jornalistas mulheres sobre as mulheres lésbicas, está valorizando uma fonte discursiva em detrimento das demais fontes. Isto nos permite concluir que o discurso contemporâneo referente à lesbianidade na Folha de S. Paulo veicula um discurso proferido principalmente por homens. A recíproca seria verdadeira? Ou seja, mesmo em temas, como o da lesbianidade/lésbica(s), que trata e diz respeito somente às mulheres, os homens dispõem de maior poder da palavra na mídia diária.

Com o apoio dos dados coletados e exibidos durante a pesquisa, acreditamos que a Folha de S. Paulo, apesar de trazer e evidenciar o tema da lesbianidade em suas publicações, ainda trata-o a partir do discurso dos homens e coloca-o no “lugar onde deveria estar”, dentro de padrões sexistas.

Considerações finais

Theresa Jardim Frazão (2009) em sua resenha sobre a teoria de análise crítica de discurso (ACD) realizada por Van Dijk (2006), evidencia, nas considerações sobre estratégias discursivas utilizadas para camuflar a existência de componentes preconceituosos, que a negação de ter preconceito/ ser preconceituoso sustenta relações de poder:

tem uma dimensão social e, outra, individual. Assim, as pessoas de pele branca negam veementemente o rótulo, claramente ofensivo, de racista. No campo social, o discurso público tem uma grande audiência, já que adquire visibilidade na mídia, setores da educação, na política, em empresas e outras organizações. É a forma mais forte e abrangente, fazendo predominar o discurso social consensual do branco dominante. O indivíduo, por sua vez, reage com a absorção de preconceitos, mas sem se declarar racista. É útil não se reconhecer como tal para ser um “cidadão decente”. (DIJK, 2006 apud FRAZÃO, 2009, p. 160)

Essa prática é conhecida como manipulação discursiva, que é reproduzida por grupos que detem o poder, objetivando gerar possibilidades para a naturalização/legitimação da relação dominante e dominado. Os tidos manipuladores dificilmente se declaram como tal, ora por terem esta relação naturaliza dentro de si, ora por saberem que o rótulo de manipulador não é conveniente e/ou aceito socialmente. (FRAZÃO, 2009)

A lesbianidade, ainda hoje é um tema que não possui visibilidade política e/ou social. Apesar de ser um assunto presente, “pega carona” nas temáticas gays e nas temáticas LGBTT, sendo facilmente desconsiderado diante destes. Esta invisibilidade do preconceito e do estigma direcionado as lésbicas tem muito em comum com a invisibilidade do preconceito e do estigma direcionado as mulheres, pois antes de serem lésbicas estas são mulheres.

Os discursos jornalísticos que possuem forte influência (mas não somente) na produção de ideologias e debates sobre as lésbicas têm sido fortemente marcados pela presença do discurso que parte dos homens.

A Folha de S. Paulo é um jornal que constantemente expõe debates sobre temas que tem pouco espaço no âmbito político e social, e por muitas vezes se coloca a favor das lutas políticas as quais os movimentos LGBTTT têm buscado. Apesar de haver, nitidamente, uma sensibilização ao tema da lesbianidade, podendo ser encontradas em grande quantidade publicações sobre lésbicas em diversos âmbitos do cotidiano, o jornal falha ao sustentar perspectivas machistas e sexistas nos discursos publicados nas matérias sobre lésbicas.

Hoje em dia o grande enfrentamento de um jornal não seria apenas publicar notícias sobre os temas que são suprimidos pela cultura machista, mas sim realizar a manutenção destes padrões machistas e sexistas ao tratar destes temas, nesta pesquisa em específico sobre as lésbicas. Este enfrentamento não é identificado nas matérias analisadas nesta pesquisa.

O discurso encontrado em algumas matérias pode facilmente confundir o leitor que não possui informação sobre o assunto.

Em uma matéria publicada em 2011 o título da a ideia de algo ideal para lésbicas: “Lésbicas se sentem em casa na China” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, matéria 18), porém ao seguir uma linha para baixo na chamada da matéria encontramos a seguinte frase: “Mesmo sem direitos, cidade é refúgio. Minoria antes proibida pode amar sob anonimato” (FOLHA DE S. PAULO, 2011, matéria 18). Neste caso trago uma dúvida quanto as afirmações encontradas nesta matéria; como poderia alguém se sentir “em casa” tendo nenhum direito e podendo amar, mas somente sob anonimato?

Neste exemplo, o discurso da Folha de S. Paulo naturaliza o preconceito e a exclusão direcionados às lésbicas, ideia que é fruto de padrões machistas e sexistas. Padrões que são usados em diversas matérias que foram analisadas durante esta pesquisa. Porém o uso destes padrões facilmente se “camufla” diante das afirmações que são a favor do relacionamento lésbico e da temática LGBTT. Acredito que seja um mecanismo controlador usado pela empresa, visando à aceitação social diante de discursos que segregam a mulher e a lésbica.

Acredito que para a Folha de S. Paulo ser considerada uma empresa que fomenta o debate sobre a lesbianidade no Brasil ainda há de realizar a manutenção dos padrões utilizados para expor e inserir estes debates.

Referência Bibliográfica

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, M. P. **O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009)**. Rev. Bras. Educ. vol.16. n. 46, Rio de Janeiro. 2011.

CRUZ, S. U. **A representação da mulher na mídia: um olhar feminista sobre as propagandas de cerveja**. Rev. Travessias, ed. 3, nº 2, Paraná, 2008.

DARDE, V. W. S. **A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira**. Rev. Em Questão, v. 14,n. 2, Porto Alegre, 2008, p. 223-234

DARDE, V. W. S. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. 2012.

DIAS, L. A. **Imprensa e Poder: uma análise da ação dos jornais OESP e Folha de S. Paulo no Golpe de 1964**. In IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association for Public Opinion Research. São Paulo, 2010.

DIJK, T. A. V. **Discurso e poder**. Hoffnagel, J. & Falcone, K. (Orgs.) São Paulo: Contexto. 2008.

FISCHER, R. M. B. **Mídia e educação da mulher: uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8642.pdf>. Data de acesso: 08 de maio de 2014.

FUNCK, S. B. **A (in)visibilidade da mulher na mídia impressa: uma análise discursiva.** Periódico USCS. v. 8, n. 14, São Caetano do Sul, Jan/Jun, 2007.

GAVENAS, C. **O papel da mídia no combate à violência contra a mulher: transgredir ou perpetuar paradigmas?.** 2011. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/11/papel-da-midia-combate-violencia/>. Data de acesso: 12 de maio de 2014.

GOMES, M. **Mulheres negras, uni-vos! A construção da autoestima da mulher negra e a supremacia de beleza do corpo branco.** 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2013/11/14/mulheres-negras-uni-construcao-autoestima-mulher-negra-supremacia-beleza-corpo-branco/>. Data de acesso: 03 de abril de 2014.

GRUPO FOLHA. **Conheça a Folha de S. Paulo.** s/d. página única. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/cadernos_diarios.shtml. Acesso em 20/03/2014.

GUERRA, V. M. L. **Representação Feminina e Mídia.** Rev. Ave Palavra, UNEMAT, Ed n° 09. Alto Araguaia - Julho/ 2006.

JOCA, A. M. **Diversidade Sexual na Escola: um “problema” posto à mesa.** 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. 2008.

KOTLINSKI, Kelly. **Diversidade sexual - uma breve introdução.** In: Legislação e jurisprudência LGBTTT.: Letras Livres Brasília, 2007. p. 37- 43.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATTAR, L. D. **Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais - uma análise comparativa com os direitos reprodutivos.** Rev. int. direitos humanos. vol. 5 no.8, São Paulo Junho, 2008.

MELO, I. F. **Representações sócio-discursivas da homossexualidade na mídia.** II SEMINÁRIO NACIONAL GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS - Culturas, leituras e representações. João Pessoa, Pernambuco, 2009.

OLIVEIRA, É. T. **A linguagem tendenciosa na mídia impressa: um estudo de caso sobre a indução do leitor.** Rev. Identidade Científica. v. 1. n. 2. São Paulo. p. 228-243. 2010.

PAMPLONA, R. S.; DINIS, N. F. **Torpedo: Discursos sobre a lesbianidade em um vídeo educativo.** Rev. REU.. v. 39. n. 1. Sorocaba, 2013. p. 125-146.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. rev. HISTÓRIA. São Paulo. v.24. n.1. 2005. p. 77-98.

PERROT, M. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência.** In: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu (Unicamp). Cadernos Pagu, v. 4. Campinas.1994. p. 8 – 28.

PINAFI, T. **Assimetrias de Poder na Militância entre Gays e Lésbicas.** In: Retratos do Brasil homossexual : fronteiras, subjetividades e desejos. Editora da Universidade de São Paulo :Imprensa Oficial, São Paulo, 2010. p. 899 – 908.

SANTOS, C. P. **Discursos sobre creche no jornal Folha de S. Paulo Online (1994-2009).** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. São Paulo. 2012.

SILVEIRA, I. O.; RABINOVICH, N. R. **A imagem da mulher na mídia impressa brasileira e sua idealização na cultura.** Encontro Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Rio Grande do Sul. 2010.

SCOTT, J W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

TEIXEIRA, A.; SILVA, K. N.; LEAL, P. R. de A. **Mídia e reprodução da ideologia dominante: a representação dos adolescentes que cometeram atos infracionais**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em sociais e humanidades, Rio de Janeiro, Set. 2012.

TOLEDO, L. G. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidade e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista**. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis. 2008

TOLEDO, L.G.; FILHO, F. S. T. **Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres**. Revista de Psicologia da UNESP, Assis, 10(1), p. 39-61, 2011.

VIEIRA, A. **Imagem da mulher na mídia? Trabalhamos**. 2012. Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/02/imagem-da-mulher-na-midia/>. Data de acesso: 12 de maio de 2014.

GIRAUD, A. C. B. DIJK, Teun A. van. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008, 281p. Rev. Língua & Literatura, v. 12, n.19, Ceará, 2010. p. 109 – 114.

Anexos

Quadro 4. Matérias do jornal Folha de São Paulo usado para análise.

Número das matérias	Título das matérias	Link para localização na internet
1	Azul calcinha	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/142229-azul-calcinha.shtml
2	Senado aprova lei contra discriminação de gays no trabalho	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/137957-senado-aprova-lei-contra-discriminacao-de-gays-no-trabalho.shtml
3	Obama crítica aplicação de lei russa anti-homossexualidade em Sochi	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/122930-obama-critica-aplicacao-de-lei-russa-anti-homossexualidade-em-sochi.shtml
4	Turquia debate espaço público na praça Taskim	http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/06/1295284-turquia-debate-espaco-publico-na-praca-taksim.shtml
5	O dinheiro fala	http://www1.folha.uol.com.br/colunas/kennethmaxwell/2013/05/1283261-o-dinheiro-fala.shtml
6	Congresso do Uruguai legaliza casamento homossexual	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/103271-congresso-do-uruguai-legaliza-casamento-homossexual.shtml
7	Mariela, filha de Raúl Castro, defenderá gays como deputada	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/95756-mariela-filha-de-raul-castro-defendera-gays-como-deputada.shtml
8	Pentágono dará mais benefícios a gays, diz jornal	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/92590-pentagono-dara-mais-beneficios-a-gays-diz-jornal.shtml
9	Modelo propõe que marcações no DNA levariam à homossexualidade	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saudeciencia/84588-modelo-propoe-que-marcacoes-no-dna-levariam-a-homossexualidade.shtml
10	Mulheres são maioria entre casais homossexuais	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/72689-mulheres-sao-maioria-entre-casais-homossexuais.shtml
11	Lésbicas são mais afetivas e assumem relação	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/72691-lesbicas-sao-mais-afetivas-e-assumem-relacao.shtml
12	O amor nos tempos de crack	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/66467-o-amor-nos-tempos-do-crack.shtml
13	GNT exibe documentário "O pior lugar do mundo para ser gay"	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/51168-melhor-do-dia.shtml
14	Distribuição de camisinha feminina no SUS está parada	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/32379-distribuicao-de-caminsinha-feminina-no-sus-esta-parada.shtml
15	Para juíza, doadora de óvulo não é parente	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/27870-para-juiza-doadora-de-ovulo-nao-e-parente.shtml
16	Governo lança política de saúde para LGBT's	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/12352-governo-lanca-politica-de-saude-para-lgbts.shtml
17	MINHA HISTÓRIA YANG LIU, 33	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0608201119.htm
18	Lésbicas se sentem em casa na China	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny1107201101.htm
19	Lésbicas de Cristo	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1606201114.htm

(Continuação)Quadro 4. Matérias do jornal Folha de São Paulo usado para análise.

Número das matérias	Título das matérias	Link para localização na internet
20	Casal lésbico afirma ter sido agredido em campus da UFRN	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2502201118.htm
21	Deputados atacam vídeo anti-homofobia	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301201136.htm
22	Globo estréia novela com núcleo de personagens gays	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1601201112.htm
23	Contendo a maré da intolerância	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/newyorktimes/ny2012201005.htm
24	"Minhas mães e meu pai" troca provocações por drama morno	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac1311201001.htm
25	Em carta, Dilma não promete veto ao aborto	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1610201009.htm
26	Reality sobre lésbicas de Los Angeles peca por parecer falso	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1110201003.htm
27	Candidatos gays divergem sobre melhor estratégia	http://www1.folha.uol.com.br/poder/786991-candidatos-gays-divergem-sobre-a-melhor-estrategia.shtml
28	Gays argentinos devem sofrer obstáculos	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1707201009.htm
29	Gays são mais agredidos por policiais	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1906201011.htm
30	São Paulo celebra a diversidade	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioa/fz0606201007.htm
31	Plano de saúde terá de incluir parceiro gay	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0805201021.htm
32	São Paulo ganhará centro de informações turísticas especial para público GLS	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0704201035.htm
33	Uganda debate lei que pune gays com morte	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1603201008.htm
34	Ibirapuera faz blitz contra atos obscenos	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0710200915.htm
35	Psicóloga que diz "curar" gay vai a julgamento em conselho	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1407200913.htm
36	O desrespeito à diferença	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioa/fz0706200909.htm
37	As muralhas da rua Jericó	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2705200904.htm
38	Símbolos religiosos ornaram casas legislativas	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1104200907.htm
39	Laura Finocchiaro mostra suas várias facetas em shows	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/acontece/ac2103200901.htm

Quadro 5. Frequência de matérias segundo ano.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Matérias	6	11	7	7	8

Quadro 6. Frequência de matérias segundo mês por ano de publicação.

	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Janeiro	0	0	2	0	0	2
Fevereiro	0	0	1	1	2	4
Março	0	1	0	1	0	2
Abril	2	1	0	0	1	4
Maiο	1	1	0	0	1	3
Junho	1	2	1	1	1	6
Julho	1	1	1	0	0	3
Agosto	0	1	1	0	1	3
Setembro	0	0	0	1	0	1
Outubro	1	2	0	2	0	5
Novembro	0	1	0	0	1	2
Dezembro	0	1	1	1	1	4

Quadro 7. Frequência de matérias segundo dia da semana por ano de publicação.

	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Segunda-Feira	0	2	1	1	0	4
Terça-Feira	1	1	0	1	1	4
Quarta-Feira	2	1	0	1	1	5
Quinta-Feira	0	0	2	1	2	5
Sexta-Feira	0	0	1	2	2	5
Sábado	2	5	2	0	2	11
Domingo	1	2	1	1	0	5

Quadro 8. Frequência de matérias segundo caderno de publicação por ano de publicação.

	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Ilustrada	0	1	0	1	1	3
Mundo	0	2	1	0	4	7
Esportes	0	0	0	0	1	1
Poder (Antigo Brasil)	1	2	0	0	1	4
Opinião	1	1	0	1	1	3
Saúde + Ciência	0	0	1	0	0	2
Cotidiano	3	3	4	4	0	14
Ilustríssima	0	0	0	1	0	1
New York Times	0	1	1	0	0	2
Acontece	1	1	0	0	0	2

Quadro 9. Frequência de matérias segundo localização do termo lésbica e/ou lésbicas na matéria por ano de publicação.

	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Título da matéria	0	1	4	1	0	6
Chamada da matéria	0	1	1	1	1	4
Corpo da matéria	6	11	7	7	8	39

Quadro 11. Número de termo encontrados segundo ano de publicação.

Termos encontrados	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
Homossexualidade/Homossexual	1	1	9	0	1	90
Gays	6	21	24	11	10	74
Lésbicas	8	23	14	11	5	72
Gay	11	28	12	11	12	61
Lésbica	1	5	0	1	0	12
Homossexualismo	20	24	8	24	14	7
Mulher gay/Mulher homossexual	0	0	2	0	0	5
LGBT's	0	0	0	0	0	2
Sapatão/dyke/Tomboy	0	0	0	0	0	1
Queer	0	0	1	0	0	0
Viado/Bixa	0	0	3	2	0	0

Quadro 12. Data por matérias

Número da matéria	Data			Número da matéria	Data		
	Dia da Semana	Mês	Ano		Dia da Semana	Mês	Ano
1	Sexta	Dezembro	2013	20	Sábado	Fevereiro	2011
2	Sexta	Novembro	2013	21	Quinta	Janeiro	2011
3	Quinta	Agosto	2013	22	Domingo	Janeiro	2011
4	Terça	Junho	2013	23	Segunda	Dezembro	2010
5	Sexta	Maio	2013	24	Sábado	Novembro	2010
6	Sexta	Abril	2013	25	Sábado	Outubro	2010
7	Quarta	Fevereiro	2013	26	Segunda	Outubro	2010
8	Quinta	Fevereiro	2013	27	Domingo	Agosto	2010
9	Quinta	Dezembro	2012	28	Sábado	Julho	2010
10	Sexta	Outubro	2012	29	Sábado	Junho	2010
11	Sexta	Outubro	2012	<u>30</u>	Domingo	Junho	2010
12	Segunda	Setembro	2012	31	Sábado	Maio	2010
13	Quarta	Junho	2012	32	Quarta	Abril	2010
14	Terça	Março	2012	33	Terça	Março	2010
15	Domingo	Fevereiro	2012	34	Quarta	Outubro	2009
16	Sexta	Dezembro	2011	35	Terça	Julho	2009
17	Sábado	Agosto	2011	36	Domingo	Junho	2009
18	Segunda	Julho	2011	37	Quarta	Maio	2009
19	Quinta	Junho	2011	38	Sábado	Abril	2009
				39	Sábado	Abril	2009

Quadro 13. Assinatura e sexo dos jornalistas segundo matérias.

<i>Matérias por numeração</i>	<i>Matéria é assinada?</i>	<i>Sexo da(o) jornalista</i>	<i>Matérias por numeração</i>	<i>Matéria é assinada?</i>	<i>Sexo da(o) jornalista</i>
1	Sim	Masculino	19	sim	Feminino
2	Não		20	Não	
3	Não		21	Não	
4	Sim	Masculino	22	Não	
5	Sim	Masculino	23	Sim	Masculino
6	Não		24	Sim	Masculino
7	Não		25	Sim	Masculino
8	Não		26	Sim	Masculino
9	Sim	Masculino	27	Sim	Feminino
10	Não		28	Sim	Masculino
11	Sim	Masculino	29	Sim	Masculino
12	Não		<u>30</u>	Sim	Feminino
13	Não		31	Sim	Feminino
14	Sim	Feminino	32	Sim	Feminino
15	Sim	Feminino	33	Sim	Masculino
16	Sim	Feminino	34	Não	
17	sim	Masculino	35	Sim	Masculino
18	sim	Feminino	36	Sim	Feminino/Masculino
			37	Sim	Masculino
			38	Sim	Feminino/Masculino
			39	Sim	Masculino

Quadro 14. Matérias segundo caderno de publicação

Número da matéria	<i>Caderno</i>	Número da matéria	<i>Caderno</i>
1	Ilustrada	20	Cotidiano
2	Mundo	21	Cotidiano
3	Esportes	22	Cotidiano
4	Poder	23	New York Times
5	Opinião	24	Acontece
6	Mundo	25	Poder
7	Mundo	26	Ilustrada
8	Mundo	27	Poder
9	Saúde + Ciência	28	Mundo
10	Cotidiano	29	Cotidiano
11	Cotidiano	<u>30</u>	Opinião
12	Ilustríssima	31	Cotidiano
13	Ilustrada	32	Cotidiano
14	Cotidiano	33	Mundo
15	Cotidiano	34	Cotidiano
16	Saúde	35	Cotidiano
17	Mundo	36	Opinião
18	New York Times	37	Cotidiano
19	Cotidiano	38	Brasil (Poder)
		39	Acontece

Quadro 15. Localização do termo lésbica e/ou lésbicas na matéria

Número da matéria	Termo Lésbica (s) Aparece			Número da matéria	Termo Lésbica (s) Aparece		
	Título	Chamada	Corpo da Matéria		Título	Chamada	Corpo da Matéria
1			X	20	X		X
2		X		21			X
3			X	22			X
4			X	23			X
5			X	24		X	X
6			X	25			X
7			X	26	X		X
8			X	27			X
9			X	28			X
10			X	29			X
11	X		X	<u>30</u>			X
12			X	31			X
13			X	32			X
14			X	33			X
15		X	X	34			X
16	X		X	35			X
17		X	X	36			X
18	X		X	37			X
19	X		X	38			X
				39			X